JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.04.26 06:20:42 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 26 de abril de 2023 • Nº 1547 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

RECEITA

Arrecadação federal atinge R$ 171,05 bilhões em março

A União arrecadou R$ 171,05 bilhões em impostos em março de 2023, de acordo com dados divulgados ontem pela Receita Federal. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve redução real de 0,42%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No acumulado do ano, a arrecadação alcançou R$ 581,79 bilhões, representando acréscimo acima da inflação de 0,72%. O valor é o maior da série para o trimestre desde 1995. Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado em março ficou em R$ 165,91 bilhões, representando decréscimo real de 0,07%. PÁGINA 2

BNDES

JOSÉ CRUZ/ABRASIL

Exportadores rurais terão crédito de US$ 1 bilhão

A partir de maio, os exportadores rurais terão acesso a uma linha de crédito em dólar para modernizar a produção. Com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os empréstimos terão juros fixos de 7,59% ao ano, mais a variação do câmbio. Com US$ 1 bilhão disponíveis, a linha financiará a compra de equipamentos pelo setor agropecuário. Entre os itens que poderão ser financiados, estão máquinas agrícolas, sistemas de irrigação, silos, estruturas de armazenagem e sistemas de energia solar. Quem comete desmatamento ilegal não terá acesso à linha. A criação da linha de crédito foi anunciada ontem pelo presidente em exercício, Geraldo Alckmin (**foto**), e pelo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Segundo Mercadante, haverá um lançamento oficial durante a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), que ocorre de 1º a 5 de maio em Ribeirão Preto (SP). "Os exportadores da agricultura que têm recebíveis (valores a receber) em dólar vão poder operar essa linha para a compra de máquinas, equipamentos, tratores e colhedeiras" explicou Mercadante. PÁGINA 6

DISCURSO

RICARDO STUCKERT/PR

Lula diz a empresários espanhóis que Brasil será canteiro de obras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) disse a empresários espanhóis ontem que vai transformar um Brasil num canteiro de obras, O discurso aconteceu no Encontro Empresarial Espanha-Brasil, realizado no centro de Madri. Ele chegou à capital espanhola, vindo de visita a Portugal, no meio da tarde. "Queremos atrair uma nova leva de investimentos espanhóis. Vamos transformar o Brasil em um canteiro de obras, trabalhando em portos aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias", afirmou Lula, acrescentando que há um projeto de infraestrutura a ser lançado em maio. Também agradeceu aos empresários espanhóis que investem no Brasil e disse que espera que o acordo do Mercosul com a União Europeia (UE) seja finalizado ainda neste ano. PÁGINA 2

IBGE

Vendas do comércio varejista recuam 0,1% em fevereiro

O volume de vendas de comércio varejista no país caiu 0,1% na passagem de janeiro para fevereiro, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem, no Rio, IBGE. Na passagem de dezembro para janeiro, o setor havia crescido 3,8%. O varejo cresceu 0,2% na média móvel trimestral, 1% na comparação com fevereiro de 2022, 1,8% no acumulado do ano e 1,3% no acumulado de 12 meses. PÁGINA 2

REDES SOCIAIS

LULA MARQUES/ABRASIL

Câmara aprova urgência para votar PL das Fake News

A Câmara ignorou a pressão das big techs e aprovou ontem a urgência do projeto de lei que regulamenta as redes sociais (PL das Fake News) e impõe sanções a plataformas que não retirarem do ar, até 24 horas após decisão judicial, conteúdos que disseminem informações falsas. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) (**foto**), pretendia votar o requerimento de forma simbólica. PÁGINA 9

INDICADORES

IBOVESPA: -0,7% / 103.220,09 / -726,49 / Volume: R$ 20.604.404.795 / Negócios: 3.454.532

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BRASKEM PNA N1	19.43	+4.97	+0.92
BRADESCO PN N1	13.70	+1.63	+0.22
SAO MARTINHOON NM	29.38	+2.69	+0.77
BANCO PAN PN N1	5.25	+1.74	+0.09
BRADESCO ON N1	12.31	+1.40	+0.17

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MRV ON NM	6.10	–8.55	–0.57
GRUPO SOMA ON NM	7.550	–6.21	–0.500
CVC BRASIL ON NM	2.77	–5.14	–0.15
GRUPO NATURAON NM	10.52	–3.57	–0.39
LOCAWEB ON NM	5.18	–3.90	–0.21

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	70.00	–2.72	–1.96
PETROBRAS PN N2	27.09	–0.40	–0.11
BRADESCO PN N1	13.70	+1.63	+0.22
ITAUUNIBANCOPN N1	25.60	+0.91	+0.23
BRASIL ON NM	43.02	–0.92	–0.40

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.530,83	-1,02
NASDAQ Composite	11.799,157	-1,98
Euro STOXX 50	4.379,63	-0,47
CAC 40	7.524,09	-0,66
FTSE 100	7.891,13	-0,27
DAX 30	15.872,13	+0,05

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 3,7053
Taxa Selic (22/03)	13,75%
Poupança 3 (26/4)	0,58%
TR (prefixada) (04/2023)	0,0821%
IGP-M	0,05% (mar.)
IPCA	0,71% (mar.)
CDI 0,76	até o dia 25/abr.
OURO BM&F/grama	R$ 319,80
EURO Comercial	Compra: 5,5546 Venda: 5,5553
EURO turismo	Compra: 5,6152 Venda: 5,7952
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,0607 Venda: 5,0613
DÓLAR comercial	Compra: 5,0635 Venda: 5,0641
DÓLAR turismo	Compra: 5,0808 Venda: 5,2608

Economia

MERCADOS

Bolsa fecha em baixa; dólar sobe com piora do cenário nos EUA

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em baixa e o dólar em alta ontem, seguindo a tendência internacional.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou o dia com queda de 0,7%%, a 103.220 pontos. O dólar comercial à vista encerrou com avanço de 0,47%, a R$ 5,064.

No mercado de juros, as taxas com tendência de queda. Nos contratos para janeiro de 2025, a taxa caiu de 11,88% no fechamento de segunda-feira passada para 11,8%. Para janeiro de 2027, os juros recuaram de 11,86% para 11,73%. Nos contratos para janeiro de 2029, os juros recuaram de 12,26% para 12,14%.

Em Nova York, as ações do First Republic Bank caíram quase 50%, e atingem o pior patamar histórico. O banco relatou retirada superior a US$ 100 bilhões em depósitos no primeiro trimestre. As ações dos grandes do setor nos Estados Unidos também recuaram, com destaque para Goldman Sachs e JPMorgan, com quedas de 4,5% e 3%, respectivamente.

Assim, os índices de ações em Nova York fecharam com o pior desempenho diário em dois meses. O Dow Jones recuou 1,02%. O S&P 500 fechou em baixa de 1,58%. O índice Nasdaq caiu 1,98%.

O cenário internacional afeta a Bolsa e o câmbio também por meio das empresas exportadoras, especialmente Vale e siderúrgicas. Ontem, as ações destas companhias deram continuidade ao movimento de queda visto na véspera.

A ação ordinária da Vale recuou 2,55%. Também caíram as ordinárias de CSN (-2,91%) e CSN Mineração (-2,94%). As preferenciais da Gerdau recuaram 3,5%, já que a empresa tem uma atuação mais forte nos Estados Unidos que suas outras concorrentes locais. As preferenciais classe A da Usiminas caíram 1,26%.

IMPOSTOS

Arrecadação federal atinge R$ 171,05 bilhões em março

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A União arrecadou R$ 171,05 bilhões em impostos em março de 2023, de acordo com dados divulgados ontem pela Receita Federal. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve redução real de 0,42%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No acumulado do ano, a arrecadação alcançou R$ 581,79 bilhões, representando acréscimo acima da inflação de 0,72%. O valor é o maior da série para o trimestre desde 1995.

Quanto às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado em março ficou em R$ 165,91 bilhões, representando decréscimo real de 0,07%, enquanto no período acumulado de janeiro e março, a arrecadação alcançou R$ 553,88 bilhões, alta real de 1,21%.

A queda pode ser explicada, principalmente, pela redução de recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, ambos são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) também influenciaram no resultado.

LUCRO DAS EMPRESAS

A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R$ 33,64 bilhões em março, com redução real de 5,87% sobre o mesmo mês de 2022. O resultado é explicado pelo decréscimo real de 23,79% na arrecadação da estimativa mensal de empresas. Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

No acumulado do ano, o IRPJ e a CSLL somaram R$ 152,70 bilhões, com queda real de 0,76%. Esse desempenho é explicado pelo crescimento real de 7,62% da estimativa mensal, de 15,81% do balanço trimestral e de 6,35% do lucro presumido, conjugado com o decréscimo real de 35,16% na declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2022.

"Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R$ 5 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, no primeiro trimestre deste ano, e de R$ 15 bilhões, no primeiro trimestre de 2022", informou a Receita Federal.

Já no mês de março não houve recolhimento de receitas extraordinárias. Por outro lado, houve desonerações tributárias. Apenas em março, a redução de alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis resultou em uma desoneração de R$ 3,75 bilhões. No ano, chega a R$ 11,25 bilhões. Já a redução de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) custou R$ 1,9 bilhão à Receita no mês passado e R$ 5,70 bilhões no acumulado de janeiro e março.

"Sem considerar os fatores não recorrentes acima, haveria um crescimento real de 6,26% na arrecadação do período e de 5,24% na arrecadação do mês de março", informou o órgão.

OUTROS DESTAQUES

Outro destaque da arrecadação de março foi a receita previdenciária, que alcançou R$ 47,06 bilhões, com acréscimo real de 6,03%, em razão do aumento real de 11,62% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 41% das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18, que vedou a utilização de créditos tributários para a compensação de débitos de estimativas mensais do IRPJ e da CSLL.

No acumulado do ano, o resultado da receita previdenciária chega a R$ 142,13 bilhões, alta real de 6,99%. Esse item pode ser explicado pelo aumento real de 12,07% da massa salarial.

O PIS/Pasep e a Cofins apresentaram, no conjunto, uma arrecadação de R$ 32,64 bilhões, representando decréscimo real de 5,76%. Esse resultado se deve à redução da arrecadação relativa, especialmente, ao setor de combustíveis (tendo em vista as desonerações e alterações nas bases de cálculo dessas contribuições) e do acréscimo de 10% no montante das compensações tributárias.

LOCOMOTIVA

Classe C gasta um terço dos rendimentos com alimentação

DANIEL MELLO/ABRASIL

As famílias da classe C, que ganham entre R$ 5,2 mil e R$ 13 mil mensais, gastam em média um terço, o equivalente a 33,3%, dos rendimentos com alimentação, segundo pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Locomotiva. Entre as famílias da classe B, com rendimento de R$ 13 mil a R$ 26 mil, o percentual da renda comprometida com alimentação cai para 13,2%.

Para as famílias com rendimentos entre R$ 1,3 mil e R$ 5,2mil, classificadas como classes D e E, mais da metade do dinheiro recebido mensalmente (50,7%) é gasto com comida.

O estudo foi encomendado pela empresa de benefícios VR.

De acordo com o estudo, para a classe C, os benefícios como vale-refeição e vale-alimentação representam, em média, entre 3% e 8,5% dos gastos com alimentação. Para as classes D e E, esses benefícios chegam a cobrir 33% dessas despesas.

A classe C, segundo a pesquisa, representa no Brasil aproximadamente 109 milhões de pessoas, a maioria negras (60%). Quase a metade dessas famílias são chefiadas por mulheres (49%) e 52% dessa população não concluiu o ensino médio. "Chefiados por mulheres porque parte é mãe solteira", detalha o presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles.

PODER DE COMPRA

Nos últimos anos, em um processo agravado pela pandemia da covid-19, Meirelles disse que houve perda do poder de compra dessas famílias. "Há cinco anos, com 40% do valor de um salário mínimo dava para comprar uma cesta básica. Hoje, 59% do valor do salário mínimo dá para comprar uma cesta básica. Ou seja, o poder de compra de alimentos, dos itens básicos, diminuiu", explicou.

Por isso, de acordo com ele, esses consumidores se tornaram ainda mais atentos aos produtos que consomem. "Uma radicalização do custo-benefício, que passa a ser muito mais exigente nos produtos que ele está comprando, na relação qualidade versus preço do que ele tá comprando", ressalta.

Nessa camada da população, estratégias, como adotadas por várias marcas, de reduzir o tamanho das embalagens ou a qualidade da composição dos produtos como forma de disfarçar aumento de preços tendem, segundo Meirelles, a ser especialmente mal vistas. "O custo do erro na classe C é muito maior. Então, se o consumidor da classe C compra um produto que está mais barato, mas não entrega o que promete, ele vai ter que comer aquele produto o mês inteiro, porque a grana que ele tinha para aquele produto era contada", explica sobre o impacto da redução da qualidade nessas famílias.

DISCURSO

Lula diz a empresários espanhóis que Brasil será canteiro de obras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse a empresários espanhóis ontem que vai transformar um Brasil num canteiro de obras, O discurso aconteceu no Encontro Empresarial Espanha-Brasil, realizado no centro de Madri. Ele chegou à capital espanhola, vindo de visita a Portugal, no meio da tarde.

"Queremos atrair uma nova leva de investimentos espanhóis. Vamos transformar o Brasil em um canteiro de obras, trabalhando em portos aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias", afirmou Lula, acrescentando que há um projeto de infraestrutura a ser lançado em maio.

Também agradeceu aos empresários espanhóis que investem no Brasil e disse que espera que o acordo do Mercosul com a União Europeia (UE) seja finalizado ainda neste ano. Embora o texto ainda esteja em revisão jurídica, bem longe de ser submetido às diversas aprovações necessárias nos blocos e nos países-membros, o presidente brasileiro disse estar otimista: "Eu acho que a Espanha na presidência da UE ajudará muito para que esse acordo aconteça. Um acordo que eu esperava ter assinado quando nos meus primeiros mandatos."

O evento para cerca de 150 empresários terminou por volta das 19h15 (14h15 em Brasília) e teve o encerramento feito por Lula e pela ministra espanhola de Assuntos Econômicos e Transformação Digital, Nadia Calviño. Não houve sessão de perguntas da imprensa com Lula.

"Nos últimos anos, se passou de tudo. Uma pandemia, uma guerra com consequências humanitárias, energéticas e de segurança. E atenção aos falsos dilemas. De que não se pode crescer ao mesmo tempo em que se diminui a desigualdade. Ou de fazer a transição ao mesmo tempo da crise energética", disse Calviño.

"Uma prioridade do governo espanhol é o fechamento do acordo entre a União Europeia e o Mercosul", afirmou, recebendo aplausos da plateia.

IBGE

Vendas do comércio varejista caem 0,1% de janeiro para fevereiro

VITOR ABDALA/ABRASIL

O volume de vendas de comércio varejista no país recuou 0,1% na passagem de janeiro para fevereiro, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na passagem de dezembro para janeiro, o setor havia crescido 3,8%.

O varejo cresceu 0,2% na média móvel trimestral, 1% na comparação com fevereiro de 2022, 1,8% no acumulado do ano e 1,3% no acumulado de 12 meses.

Em fevereiro, seis das oito atividades do comércio varejista tiveram queda: equipamentos e material para escritório informática e comunicação (-10,4%), tecidos, vestuário e calçados (-6,3%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2%), móveis e eletrodomésticos (-1,7%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,7%) e combustíveis e lubrificantes (-0,3%).

"Podemos fazer uma leitura dos resultados por consequência de um período ruim de Black Friday e Natal, que resultou em uma recuperação em janeiro e uma sustentação desse patamar em fevereiro. Além disso, um cenário de inflação estável em alguns setores importantes para a nossa pesquisa, como a alimentação em domicílio, que impacta a atividade de hiper e supermercados, também ajuda a entender os resultados observados em fevereiro", disse o coordenador da pesquisa, Cristiano Santos.

Duas atividades tiveram alta: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,4%) e livros, jornais, revistas e papelaria (4,7%).

RECEITA NOMINAL

A receita nominal do comércio varejista cresceu 0,3% na comparação com janeiro, 7,5% em relação a fevereiro de 2022, 9,3% no acumulado do ano e 13,6% no acumulado de 12 meses.

O volume de vendas do varejo ampliado, que inclui também materiais de construção e veículos/peças, cresceu 1,7% na passagem de janeiro para fevereiro. O segmento de veículos, motos, partes e peças cresceu 1,4%. Paralelamente, o setor de material de construção caiu 2%.

Na média móvel trimestral, o varejo ampliado cresceu 0,9%. Também houve crescimento de 0,1% no acumulado do ano. No entanto, foram anotadas quedas de 0,2% na comparação com fevereiro do ano passado e de 0,5% no acumulado de 12 meses. A receita nominal do varejo ampliado teve altas 1,8% na comparação com janeiro, 6,6% em relação a fevereiro de 2022, 7,8% no acumulado do ano e 11,7% no acumulado de 12 meses.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

SISTAC - SISTEMAS DE ACESSO S.A.

CNPJ nº 00.832.397/0001-88

Balanços patrimoniais Em 31/12/22 (Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo					
Circulante		**152.148**	**111.148**	**152.341**	**111.233**
Caixa e equivalentes de caixa	6	**37.693**	13.485	**37.857**	13.488
Contas a receber de clientes	7	**66.155**	47.054	**66.155**	47.054
Estoques de materiais consumíveis	8	**14.611**	17.073	**14.611**	17.073
Adiantamentos		**10.737**	3.444	**10.737**	3.444
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24	**11.188**	13.300	**11.188**	13.300
Outros tributos a recuperar		**2.171**	4.418	**2.200**	4.500
Ativo de contrato - retenções contratuais	9	**44**	6.720	**44**	6.720
Aplicações em garantias	6/15	**1.937**	3.913	**1.937**	3.913
Instrumentos financeiros derivativos	15	**3.626**	-	**3.626**	-
Outros ativos circulantes		**3.986**	1.741	**3.986**	1.741
Não circulante		**146.274**	**151.205**	**136.195**	**144.401**
Estoques de materiais consumíveis	8	**4.199**	5.714	**4.199**	5.714
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	**9.547**	6.549	**9.547**	6.549
Transação com partes relacionadas - Mútuo	25	-	5.320	-	5.320
Aplicações em garantias	6/15	**2.018**	1.801	**2.018**	1.801
Depósitos judiciais		**1.101**	51	**1.101**	51
Ativo de contrato - retenções contratuais	9	**9.889**	13.000	**9.889**	13.000
Outros ativos realizáveis a longo prazo		**206**	35	**206**	35
Investimento em controlada	10	**23.133**	21.356	-	-
Ativo imobilizado	11	**93.757**	95.591	**106.810**	110.143
Ativo intangível	12	**2.424**	1.787	**2.424**	1.787
Total do ativo		**298.422**	**262.353**	**288.536**	**255.634**
Passivo					
Circulante		**140.886**	**98.903**	**130.999**	**92.184**
Fornecedores	13	**7.495**	3.467	**7.694**	3.705
Obrigações trabalhistas a pagar	14	**30.961**	27.539	**30.961**	27.539
Imposto de renda e contribuição social		**2.441**	1.883	**2.441**	1.883
Impostos a recolher		**5.090**	3.665	**5.090**	3.665
Obrigações contratuais	6	**906**	852	**906**	852
Dividendos a pagar	18	-	941	-	941
Empréstimos e financiamentos	15	**79.007**	50.954	**79.007**	50.954
Transação com partes relacionadas – contas a pagar	25	**10.086**	7.235	-	-
Passivo de arrendamento mercantil		**1.040**	246	**1.040**	246
Outras contas a pagar		**3.860**	2.121	**3.860**	2.400
Não circulante		**24.139**	**17.865**	**24.140**	**17.865**
Passivo de arrendamento mercantil		**785**	184	**785**	184
Empréstimos e financiamentos	15	**22.185**	17.661	**22.185**	17.661
Provisão para processos judiciais	17	**1.169**	20	**1.169**	20
Total do passivo		**165.026**	**116.768**	**155.139**	**110.049**
Patrimônio líquido	18	**133.397**	**145.585**	**133.397**	**145.585**
Capital social		**90.222**	90.222	**90.222**	90.222
Capital a integralizar		**470**	-	**470**	-
Ajuste Acumulado de Conversão - CTA		**97**	(58)	**97**	(58)
Reserva legal		**8.844**	8.844	**8.844**	8.844
Plano de opções de ações		**112**	112	**112**	112
Reservas orçamentárias		**33.652**	46.465	**33.652**	46.465
Total do passivo e patrimônio líquido		**298.422**	**262.353**	**288.536**	**255.634**

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31/12/22 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida de vendas e/ou serviços	20	**251.824**	264.515	**251.824**	264.515
Custo dos serviços prestados	21	**(228.825)**	(231.137)	**(226.857)**	(228.516)
Resultado bruto		**22.999**	**33.378**	**24.967**	**35.999**
Despesas com vendas	22.a	**(48)**	(167)	**(48)**	(167)
Despesas administrativas	22.b	**(28.726)**	(24.499)	**(29.207)**	(25.218)
Despesas gerais	22.c	**(3.831)**	(3.204)	**(3.831)**	(3.204)
Equivalência patrimonial	10	**1.622**	1.764	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		**2.423**	2.285	**2.423**	2.285
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidos e impostos		**(5.560)**	**9.557**	**(5.696)**	**9.696**
Receitas financeiras	23	**10.625**	3.466	**10.625**	3.466
Despesas financeiras	23	**(15.786)**	(7.645)	**(15.650)**	(7.783)
Resultado financeiro líquido		**(5.161)**	(4.178)	**(5.025)**	(4.317)
Resultado antes dos impostos		**(10.722)**	**5.379**	**(10.722)**	**5.379**
IR e CSLL Corrente	24	-	(3.028)	-	(3.028)
IR e CSLL Diferido	24	**2.998**	1.611	**2.998**	1.611
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**(7.724)**	**3.961**	**(7.724)**	**3.961**
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação do capital social no fim do exercício - em reais	19	**(2,57)**	**1,32**	**(2,57)**	**1,32**

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/22 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**(7.724)**	3.961	**(7.724)**	3.961
Ajuste de avaliação patrimonial - CTA	**155**	26	**155**	26
Total do resultado abrangente do exercício	**(7.569)**	**3.987**	**(7.569)**	**3.987**

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/22 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro Líquido antes dos impostos		**(10.722)**	5.379	**(10.722)**	5.379
Ajustes:					
Depreciação e amortização		**23.728**	24.611	**26.207**	27.359
Contingências		**1.149**	(151)	**1.149**	(151)
Resultado de equivalência		**(1.622)**	(1.764)	-	-
Juros de empréstimos e financiamentos		**8.491**	6.011	**8.491**	6.011
Perda Cambial		**5.173**	-	**5.173**	-
Stock options		-	2	-	2
Perda na baixa de ativo imobilizado		**482**	276	**482**	276
		26.679	**34.364**	**30.780**	**38.876**
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais					
(Aumento) redução dos ativos:					
Contas a receber de clientes		**(19.101)**	(17.682)	**(19.101)**	(17.682)
Estoques		**3.859**	(2.434)	**3.859**	(2.434)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		**1.981**	2.335	**1.981**	2.335
Outros tributos a recuperar		**2.246**	(2.552)	**2.299**	(2.599)
Adiantamentos		**(7.293)**	(159)	**(7.293)**	(159)
Outros ativos		**2.695**	(5.263)	**2.695**	(5.263)
Aumento (redução) dos passivos:					
Fornecedores		**4.029**	(577)	**3.991**	(561)
Imposto de renda e contribuição social		**562**	143	**562**	143
Outros tributos a pagar		**1.444**	1.920	**1.444**	2.199
Obrigações trabalhistas a pagar		**3.473**	2.851	**3.473**	2.851
Saldos a pagar - Parte relacionada		**2.852**	4.832	-	-
Outros passivos		**3.188**	181	**2.908**	181
		(65)	**(16.406)**	**(3.181)**	**(20.989)**
Juros de empréstimos e financiamentos pagos		**(7.016)**	(6.389)	**(7.016)**	(6.389)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**19.598**	**11.569**	**20.584**	**11.498**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de bens do ativo imobilizado		**(21.276)**	(6.449)	**(23.100)**	(6.521)
Investimento em controlada		**2**	-	**2**	-
Aplicações em Garantia		**1.759**	(3.714)	**1.759**	(3.714)
Adições no intangível		**(1.334)**	(1.171)	**(1.489)**	(1.171)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**(20.849)**	**(11.335)**	**(21.828)**	**(11.407)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captações de Financiamentos		**94.214**	33.650	**94.214**	33.650
Pagamentos de Financiamentos		**(68.284)**	(52.833)	**(68.284)**	(52.833)
Pagamento de dividendos		**(471)**	-	**(471)**	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**25.459**	**(19.183)**	**25.459**	**(19.183)**
Aumento/Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício		**24.208**	**(18.949)**	**24.214**	**(19.092)**
No início do exercício		**13.485**	**32.434**	**13.488**	**32.554**
Ajuste acumulado de conversão		-	-	**155**	26
No final do exercício		**37.693**	**13.485**	**37.857**	**13.488**
Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício		**24.208**	**(18.949)**	**24.214**	**(19.092)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/22 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)	Capital social Subscrito e integralizado	Capital social A integralizar	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Plano de opções de ações	Reserva de lucros Reserva orçamentária	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2020	**90.222**	**-**	**8.646**	**110**	**43.643**	**(84)**	**-**	**142.537**
Destinação do lucro do exercício:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.961	3.961
Reserva legal	-	-	198	-	-	-	(198)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(941)	(941)
Plano de opções de ações	-	-	-	2	-	-	-	2
Reserva de expansão	-	-	-	-	2.822	-	(2.822)	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	-	26	-	26
Saldo em 31/12/2021	**90.222**	**-**	**8.844**	**112**	**46.465**	**(58)**	**-**	**145.585**
Destinação do lucro do exercício:								
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(7.724)	(7.724)
Absorçao de prejuízo com reserva	-	-	-	-	(7.724)	-	7.724	-
Capital a integralizar	-	470	-	-	-	-	-	470
Incorporação Seasafe	-	-	-	-	(5.089)	-	-	(5.089)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	-	155	-	155
Saldo em 31/12/2022	**90.222**	**470**	**8.844**	**112**	**33.652**	**97**	**-**	**133.397**

Notas explicativas: 1. Contexto operacional: A Sistemas de Acesso S.A. ("Cia." ou "Sistac") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Vinte e Três, 428 - Gebara, Itaboraí, estado do Rio de Janeiro. Fundada em 1995, surgiu como resultado da busca para desenvolver alternativas com o objetivo de aprimorar os serviços de mergulho existentes no Brasil. No ano de sua fundação, apresentou à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a técnica de escalada industrial, por meio de diversos trabalhos experimentais. Em 1997, trouxe para o Brasil a então recém-lançada técnica de inspeção de solda por ACFM (*Alternated Current Field Measurement*). Em 2005, começou a executar reparos submersos em unidades marítimas, sem interrupção da produção. Em outubro de 2007, começou a operar com mais uma técnica de acesso - o ROV (*Remotely Operated Vehicle*). Em 2010, apresentou seu primeiro S-DSV (*Shallow Diving Support Vessel*). Em 2012 iniciou a sua atividade de *Pull-in/ Pull-out* e em 2013 deu início à construção da sua terceira embarcação, visando a aumentar a sua frota de navios para prestação de serviços *offshore* para a indústria de *Oil & Gas* (O&G), a qual iniciou as operações no mês de março de 2015. Durante o ano de 2018, a Cia. iniciou as atividades de mergulho saturado entre 50 e 300 metros de profundidade e de manutenção de guinchos, aumentando assim, o seu portfólio de serviços. No mesmo ano foi constituída, na Holanda, a Sistac B.V., que tem por finalidade aproveitar oportunidades internacionais de negócios. Durante o ano de 2019, a Cia. consolidou a operação de mergulho profundo até 200 metros e aumentou as atividades de mergulho raso, passando de 6 para 22 frentes de mergulho, contratados pelo seu principal cliente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras"). Durante os anos de 2020, 2021 e no primeiro semestre de 2022, em função da pandemia de Covid-19, a Cia. passou por grandes desafios. As atividades de inspeção, manutenção e reparo para o setor de Óleo e Gás foram estabelecidos como atividades essenciais pelo governo brasileiro, sendo assim, não houve interrupção de suas atividades. Contudo, foi necessária a implementação de diversas medidas e protocolos para garantir a saúde, segurança e bem-estar de seus colaboradores, clientes e parceiros, aumentando o volume de despesas da Cia. nesse período. Em 2022, pela primeira vez em sua história, a Cia. a teve sua receita preponderante constituída pelo mercado privado, constituído majoritariamente por IOCs (International Oil Companies ou Independent Oil Companies, se brasileiras), que atingiu cerca de 55% do faturamento total. As operações com a Petrobras se mantiveram relevantes (aproximadamente 45% do faturamento total) e com expectativa de crescimento para o próximo exercício. **1.1. Efeito da Guerra na Ucrânia nas atividades da Cia.:** A Guerra entre a Ucrânia e a Rússia teve início em fevereiro de 2022 e se estende até os dias atuais sem previsão de término. Como consequência, o mundo está sendo afetado, principalmente, na economia. Aumento dos preços dos alimentos, da energia elétrica e do petróleo são os exemplos mais significantes, mas também é possível sentir os impactos nas importações e exportações, taxa de câmbio, aumento do gás, dentre outros. Desde que a Rússia iniciou os seus ataques contra a Ucrânia, muitos países impuseram medidas restritivas contra os russos e isso vem causando conflitos levando a um cenário de instabilidade mundial. Apesar deste cenário mundial, a Cia. continua investindo e seguindo normalmente com o seu planejamento estratégico, além de monitorar todo o desenvolvimento deste contexto. A Cia. considera que até o momento, não houve mudança significativa no valor justo de seus ativos e passivos trazidos pela Guerra na Ucrânia e não identificou impacto significativo nas suas demonstrações contábeis. **1.2. Efeito da Pandemia Covid-19:** Ao longo dos exercício de 2021 e 2022 Cia. continuou monitorando a pandemia COVID-19 no cenário global e local, e fazendo um trabalho de conscientização dos funcionários, através das reuniões semanais com a equipe de HSE (Health, Safety and Environment - Segurança do Trabalho), sempre visando a saúde e bem estar dos mesmos. Ainda durante o exercício de 2022 foi realizado um monitoramento e quarentena para funcionários embarcados, de acordo com as regras definidas pelos clientes. Entretanto, ao longo do ano de 2022 o mundo começou a observar a regressão da pandemia de Covid-19, com grande parcela da população vacinada e retomada gradual das atividades de forma presencial. Nos exercícios findos em 31/12/22 e 2021 a pandemia não criou circunstâncias que poderiam indicar perda por impairment. **1.3. Reorganização societária:** Em 08 de dezembro de 2022, a Cia. incorporou a parte relacionada Seasafe Barcos Manufaturados S.A. (Seasafe ou Incorporada), cujo valor do acervo líquido de incorporação foi de R$ 5.089. A Sistac, e a Seasafe fazem parte do mesmo grupo societário. Por sua vez, a Seasafe presta serviços exclusivamente para a Sistac nos últimos anos. Sendo o objetivo da incorporação foi otimizar a estrutura administrativa e financeira e adicionalmente otimizar os custos. O critério de avaliação do patrimônio líquido da incorporada, para fins de incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30/09/22, conforme Laudo de Incorporação aprovado em ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08/12/22. As variações patrimoniais da incorporada, posteriores a 30 de setembro de 2022, foram escrituradas nos livros contábeis da incorporadora, refletindo dessa forma o impacto dessas variações no balanço patrimonial da Sistac. A tabela a seguir resume o acervo líquido incorporado na data da incorporação.

	30/09/2022
Caixa e equivalentes de caixa	2
Estoques	517
Tributos a recuperar	130
Adiantamentos	2
Imobilizado	6
Total do ativo	**657**
Contas a pagar	(2)
Impostos e contribuições a recolher	(23)
Obrigações sociais e trabalhistas	(50)
Adiantamentos de clientes	(351)
Partes relacionadas – Mútuo	(5.320)
Total do passivo	**(5.746)**
Acervo líquido incorporado	**(5.089)**

A incorporação resultou na extinção da Seasafe e sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela Sistac. O valor do capital social da incorporadora permaneceu inalterado, tendo em vista que a incorporação do acervo líquido não resultou em aumento de capital, tampouco a emissão de novas ações. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos uma vez ao ano. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Cia. concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações. Como mencionado previamente, a Cia. fez testes de sensibilidade em inúmeros cenários e tem implementado inúmeras ações para garantir a continuidade dos negócios e, até este momento, o surto causou alterações nas circunstâncias que indicariam um risco de continuidade. As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Cia. em 27/03/23. **3. Resumo das principais políticas contábeis: 3.1. Consolidação:** A Sistac controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. A Cia. consolida a entidade Sistac B.V., sobre a qual detém 100% da posição patrimonial e o controle, isto é, está exposta ou têm direitos a retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2. Conversão de moeda estrangeira:** 3.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 3.2.2. Moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. A moeda funcional da controlada Sistac BV é o Euro, e a moeda de apresentação é o Real. **3.3. Classificação corrente x não corrente:** A Cia. apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: 1. Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; 2. Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; 3. Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e 4. É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado circulante quando: 5. Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; 6. Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; 7. Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e 8. A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Cia. classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Cia.. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de crédito. A Cia. não tem histórico de perdas relativas a recebimento de serviços realizados. Na prática a Cia. tem acordado com seus clientes o recebimento entre 30 e 90 dias. Dessa forma, a provisão para perda esperada de créditos é muito baixa ou inexistente devido a evidência objetiva de que a Cia. tem de que receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber sem que haja perda de valor. **3.5. Caixa e equivalentes de caixa:** A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Em situações em que haja cessão fiduciária de aplicações financeiras, a demonstração é classificada no balanço patrimonial como "Aplicações em garantia". Quando o vencimento for superior a 12 meses, após a data do balanço, a classificação é feita no não circulante. **3.6. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativo financeiro: *Classificação e mensuração:* A avaliação dos ativos financeiros da Cia. está detalhada na tabela abaixo:

Instrumentos financeiros	Categoria e forma de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio de resultado
Adiantamentos	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	Custo amortizado
Aplicações em garantia	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Ativo de contrato - retenções contratuais	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável: O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. *Desreconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Cia. transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Cia. não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Cia. tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Cia. com o ativo. Passivo financeiro: *Classificação e mensuração:* Os passivos financeiros da Cia. são fornecedores, obrigações trabalhistas a pagar, obrigações contratuais, dividendos a pagar, empréstimo e financiamentos, provisões de multas contratuais, saldos a pagar com partes relacionadas, passivo de arrendamento, Outros passivos financeiros e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "Outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação. Esses passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial. *Desreconhecimento (baixa):* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: No corrente exercício econômico a Cia. utilizou instrumentos financeiros derivativos do tipo Swap para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de "hedge" são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado, sendo reavaliados subseqüentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. **3.7. Estoques de materiais consumíveis:** Os estoques são demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio ponderado, apurado a cada nova compra, o valor líquido de realização ou o custo de reposição, exceto máquinas, que são valorizadas ao custo identificado, que é inferior ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.8. Ativos intangíveis:** Softwares: As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada, de aproximadamente 5 anos, dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Assim como outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Intangíveis de longo prazo: Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. As vidas uteis econômicas são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **3.9. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, bases de apoio às operações. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Um ativo imobilizado é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício, em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. **3.10. Impairment de ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Cia. revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração avaliou e não identificou, no final do período de reporte, indicação de que um dos seus ativos não financeiros possa ter sofrido desvalorização. **3.11. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.12. Impostos e taxas:** Imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados

SISTAC - SISTEMAS DE ACESSO S.A.

CNPJ nº 00.832.397/0001-88

com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Cia. apresentar histórico e projeções de lucros tributários. Em 31 de dezembro de 2022 a Cia. possui prejuízos fiscais e base negativa no valor de R$ 17.058 (R$ 5.850 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de imposto de renda e contribuição social social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa é de R$ 3.811 (R$ 1.989 em 31 de dezembro de 2021). ICPC 22/ IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Cia. tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações em que determinados tratamentos sejam incertos, a Cia. deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. Em 2022 e 2021 a Administração concluiu que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e procedem de tribunais administrativos e judiciais, sendo assim não identificou riscos e incertezas sobre seus processos. Tributos sobre serviços: A Cia. está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas: 1. Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%; 2. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% e 7,6%; 3. Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%. Esses tributos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **3.13. Reconhecimento da receita:** A Cia. reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir.

Tipo de serviço	Natureza, época do cumprimento das obrigações de desempenho e condições de pagamento	Reconhecimento da receita conforme CPC 47 (IFRS 15)
Mergulho: Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos até 50m de profundidade, por meio de mergulhadores.	As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição dos serviços contratados.	O reconhecimento da receita ocorre diariamente mediante preenchimento de Relatório Diário de Operação (RDO).
Embarcações: Apoio marítimo para a execução de atividades de mergulho e intervenções com uso de ROV.	A medição é validada pelo cliente e reconhecida no resultado.	O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida no período é avaliado com base em medições do serviço realizado, que consolidam os RDOs do período.
Escalada: Serviços de inspeção, reparo e manutenção através de escalada industrial.	Os valores são recebidos em até 30 da data do faturamento para Petrobras e em até 60 dias da data do faturamento para outros clientes.	O valor da prestação de serviços é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.
Pull In/Pull Out: Serviços de conexão e fixação (pull in) e desmobilização (pull out) de dutos fixos em unidades estacionárias de produção.	No caso da Petrobras, existem ativos de contrato oriundos de retenção contratual que são reconhecidos no circulante e no não circulante pelo seu valor presente, conforme descrito na Nota 9.	A receita de serviços a faturar corresponde a receita de serviços efetivamente prestados, cujos recebimentos são incondicionais e os documentos fiscais ainda não foram emitidos ao cliente.
ROV: Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos com a utilização de ROVs (Remote Operated Vehicle).	A medição é validada pelo cliente e reconhecida no resultado.	O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida no período é avaliado com base em medições do serviço realizado.
Mergulho Profundo: Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos entre 50m e 300m de profundidade, por meio de mergulhadores em saturação.	As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição dos serviços contratados.	O reconhecimento da receita ocorre diariamente mediante preenchimento de Relatório Diário de Operação (RDO).

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Cia.. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. a) Prestação de serviços: A Administração analisa os contratos de serviços, conforme abaixo: • Os Faturamentos são realizados com base em relatórios de medição mensal aprovados pelos clientes; • Os materiais utilizados na prestação de serviço são de propriedades da Sistac e não são entregues aos clientes; • No caso de rescisão de contrato, a Sistac recebe pelos serviços executados e aprovados até o momento da rescisão do contrato; • Todas as receitas são provenientes de contratos de prestação de serviços por preço fixo e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato. Os contratos com a Petrobras possuem clausula de retenção, ou seja, o serviço é prestado e existe um valor a receber incondicional, mas a Petrobras pagará o respectivo montante apenas no final do contrato. Essas retenções são consideradas pela Petrobras como uma forma de garantia para possíveis eventos de inadimplência de encargos sociais e são calculadas com base em um percentual aplicado sobre o valor faturado, conforme descrito na nota explicativa 9. Esses ativos de contrato são reconhecidos no ativo circulante e no ativo não circulante e serão ajustados no final do contrato, conforme definido com Petrobras. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3.14. Benefícios a empregados:** a) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Cia. tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. b) Acordos de pagamento baseado em ações: O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. O plano de opções de ações da Cia. tem como característica o pagamento dos *vestings* antecipados, os quais foram pagos integralmente no momento da outorga e esse valor equivalia ao valor justo das opções, dessa forma não há registro de valor de mercado das ações por não caracterizar perda para os acionistas da Cia.. **3.15. Lucro por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações da Sistac pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é igual ao básico para todos os períodos apresentados, pela inexistência de transações com potenciais efeitos dilutivos. **3.16. Informações por segmento:** A Cia. desenvolve suas atividades de negócio considerando os seguintes segmentos operacionais: Mergulho, Embarcações, Mergulho Saturado e Serviços *Top-Side*, que são utilizados como base para a gestão da Cia. e para a tomada de decisões pelos principais tomadores de decisão da Sistac. As informações por segmento estão apresentadas na Nota 28. **3.17. Arrendamento mercantil:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Cia. aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Cia. optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Cia. reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na restauração do ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Cia.. Geralmente, a Cia. usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada foi de 0,45% a.m.. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Cia. alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Cia. apresenta ativos de direito de uso no "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "Passivo de arrendamentos" no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de curto prazo: A Cia. optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo. A Cia. reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Cia. são divulgadas abaixo. A Cia. pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor: Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterácões esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Cia. avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. E não espera que haja alterações significativas em sua demonstração contábil. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Administraçã não espera que haja alterações significativas em sua demonstração contábil. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Cia.. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Cia. está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. E não espera que haja alterações significativas em sua demonstração contábil. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 4.1. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: • a Cia. tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; • é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e • o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **4.2. Estimativas e julgamentos:** As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros. Com base em premissas, a Cia. faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber: A Sistac utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas. A Sistac revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. As taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. Provisão para riscos contingentes: Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência, e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de risco é feita com auxilio de nossos consultores externos. Depreciação e amortização: A depreciação e amortização são calculadas para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado e intangível, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado. Avaliação do valor recuperável de ativos (*impairment test*): A Cia. revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, através do método de fluxo de caixa descontado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração utilizou a taxa de 16,17% para desconto de fluxo de caixa. Os principais grupos de contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: imobilizado e intangível. As informações sobre avaliação do valor recuperável de ativos estão apresentadas na Nota 3.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos, em um determinado período de tempo. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. **5. Instrumentos financeiros: 5.1. Fatores de risco:** As atividades da Cia. a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada centralmente, segundo as diretrizes da Administração, as quais orientam quanto à avaliação e proteção da Cia. contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. 5.1.1. Risco de mercado: i) *Risco cambial:* Ainda que a totalidade dos seus serviços sejam prestados em território nacional, a Cia. efetua parte de suas compras no mercado internacional e, portanto, está exposta ao risco cambial. Os principais desembolsos ocorrem nas moedas dólar dos Estados Unidos (USD), euro (EUR), libra esterlina (GBP) e coroa norueguesa (NOK). Para fazer frente a estes desembolsos e reduzir sua exposição, a Sistac possui parte de seus contratos de receita reajustados mensalmente pelo dólar dos Estados Unidos (USD) pela taxa Ptax do Bacen. O risco cambial ocorre quando operações futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A Administração estabeleceu diretrizes que exigem que a Cia. administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cia. possuía ativos ou passivos financeiros registrados em moeda estrangeira em seu balanço em volumes imateriais, principalmente Caixa e Fornecedores na controlada Sistac B.V. ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:* A Sistac possui aplicações financeiras que são remuneradas a partir das taxas de juros vinculados à taxa de Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Além disso, também possui empréstimos e financiamentos cujas taxas de juros também são referenciadas no CDI, portanto pós-fixados. A Cia. utilizou instrumentos financeiros derivativos do tipo Swap para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio no fluxo de caixa relacionado a empréstimos e financiamentos. A Cia. analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São equacionados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, definindo a Sistac uma mudança razoável na taxa de juros e avaliando o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados para os ativos e passivos que representam as principais posições com juros. 5.1.2. Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes incluindo contas a receber em aberto. Levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores considerados relevantes, a Cia. analisa o risco de crédito de cada cliente. As análises de risco de crédito são realizadas periodicamente, consideram dados específicos disponíveis em mercado e, em função da relevância de cada cliente, são feitas de forma segmentada para o principal cliente (Petrobras) e demais clientes. A Cia. não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dos clientes. Também não existe histórico na Sistac de descumprimento por parte de qualquer cliente. 5.1.3. Risco de liquidez: A Sistac monitora as previsões de necessidade de fluxo de caixa para assegurar a existência de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Estas previsões levam em consideração, nomeadamente, os planos de empréstimo e financiamento da dívida da Cia.. O excesso de caixa mantido pela Cia., além do saldo exigido para a Administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos adequados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2022, a Cia. mantinha fundos de curto prazo de R$37.693 na controladora e R$37.857 no consolidado (em 31 de dezembro de 2021 R$13.485 na controladora e R$13.488 no consolidado) e contas a receber líquidos de R$66.155 na controladora e consolidado (R$47.054 em 31 de dezembro de 2021) o qual se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. Os passivos financeiros não derivativos da Cia. de vencimento em curto prazo na rubrica de Fornecedores, representa em 31 de dezembro de 2022, R$7.495 na controladora e R$7.694 no consolidado (em 31 de dezembro de 2021 R$3.467 na controladora e R$3.705 no consolidado) os quais vencem num prazo menor que um ano. Este prazo corresponde ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. A conta de Empréstimos e Financiamentos, que representa em 31 de dezembro de 2022, R$101.192 na controladora e no consolidado (em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R$66.614 na controladora e no consolidado). Entretanto a Cia. se protege de volatilidade de moeda e taxa através de contratos de derivativo, que em 31 de dezembro de 2022 representa ponta ativa de R$3.626 na controladora e no consolidado. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela a seguir são os montantes dos fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 2 e 3 anos	Total
Em 31/12/22				
Fornecedores	**7.495**	**-**	**-**	**7.495**
Empréstimos e financiamentos	**79.007**	**20.518**	**1.667**	**101.192**
Em 31/12/21				
Fornecedores	3.467	-	-	3.467
Empréstimos e financiamentos	50.954	17.661	-	68.615

Consolidado	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 2 e 3 anos	Total
Em 31/12/22				
Fornecedores	**7.694**	**-**	**-**	**7.694**
Empréstimos e financiamentos	**79.007**	**20.518**	**1.667**	**101.192**
Em 31/12/21				
Fornecedores	3.705	-	-	3.705
Empréstimos e financiamentos	50.954	17.661	-	68.615

5.1.4. Análise de sensibilidade: A Administração identifica para cada risco de mercado a qual a Cia. estava exposta em 31/12/22. Para cada situação identificada, a Administração define um cenário provável com base na informação disponível na data do balanço e considerando um cenário temporal de 3 meses. Adicionalmente, apresenta dois cenários nos termos determinados pela CVM na referida instrução: (i) um cenário identificado como "possível" com deterioração e valorização na cotação da variável de risco de 25% em relação ao cenário provável, e (ii) outro cenário identificado como "remoto" com deterioração e valorização na cotação da variável de 50% em relação ao cenário provável. O quadro a seguir apresenta, para cada situação, o efeito na variação da taxa de juros no resultado antes dos impostos, considerando horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações contábeis individuais e consolidadas contendo tal análise.

	Fator de risco	Montante	Cenário I Provável	Cenário II Possível	Cenário III Remoto
Cenário taxa de juros			25%	50%	75%
Aplicações financeiras	CDI	35.177	43.971	52.766	61.560
Empréstimos e financiamentos	CDI	(101.192)	(126.490)	(151.788)	(177.086)
Efeito líquido no resultado			**(82.516)**	**(99.023)**	**(115.526)**

A análise de sensibilidade apresenta a simulação de alterações no fator de risco taxa de juros (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% no fator de risco (taxa de juros - CDI), respectivamente. **5.2. Gestão do capital:** Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Cia., a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Cia. monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em função das mobilizações de novos contratos a Cia. teve como estratégia aumentar o índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/22 e 2021 podem ser assim sumarizados:

Controladora	2022	2021
Total dos empréstimos (Nota 15)	**101.192**	68.614
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(37.693)**	(13.485)
(-) Aplicações em garantia (Nota 15)	**(3.955)**	(5.714)
Dívida líquida	**59.544**	**49.415**
Total do patrimônio líquido	**133.397**	145.585
Total do Capital (PL - Dívida Líquida)	**73.843**	**96.169**
Índice de alavancagem financeira - %	**44,64%**	**33,94%**

Consolidado	2022	2021
Total dos empréstimos (Nota 15)	**101.192**	68.614
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(37.857)**	(13.488)
(-) Aplicações em garantia (Nota 15)	**(3.955)**	(5.714)
Dívida líquida	**59.380**	**49.412**
Total do patrimônio líquido	**133.397**	145.585
Total do Capital (PL - Dívida Líquida)	**74.017**	**96.173**
Índice de alavancagem financeira - %	**44,51%**	**33.94%**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Cia., são apresentados na tabela a seguir:

Instrumentos financeiros	Categoria e forma de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio de resultado
Adiantamentos	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	Custo amortizado
Aplicações em garantia	Valor justo por meio de resultado
Derivativos	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Ativo de contrato - retenções contratuais	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio de resultado
Outras contas a pagar	Custo amortizado

Os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo, são avaliados utilizando diferentes métodos de avaliação, os quais correspondem a diferentes níveis, definidos como segue: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). Nível 3 - Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Controladora		2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	**37.693**	**37.693**	13.485	13.485
Contas a receber de clientes	Nível 1	**66.155**	**66.155**	47.054	47.054
Adiantamentos		**10.737**	**10.737**	3.444	3.444
Aplicações em garantia	Nível 1	**3.955**	**3.955**	5.714	5.714
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 1	**3.626**	**3.626**	-	-
Ativo de contrato - retenções contratuais		**44**	**44**	6.720	6.720
Transação com partes relacionadas - Mútuo		-	-	5.320	5.320
Passivos financeiros					
Fornecedores		**7.495**	**7.495**	3.467	3.467
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	**101.192**	**101.192**	68.614	68.614
Transação com partes relacionadas – contas a pagar		**10.086**	**10.086**	7.235	7.235
Outras contas a pagar		**5.683**	**5.683**	2.550	2.550

Consolidado		2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	**37.857**	**37.857**	13.488	13.488
Contas a receber de clientes	Nível 1	**66.155**	**66.155**	47.054	47.054
Adiantamentos		**10.737**	**10.737**	3.444	3.444
Aplicações em garantia	Nível 1	**3.955**	**3.955**	5.714	5.714
Instrumentos financeiros derivativos		**3.626**	**3.626**	-	-
Ativo de contrato - retenções contratuais		**44**	**44**	6.720	6.720
Transação com partes relacionadas - Mútuo		-	-	5.320	5.320
Passivos financeiros					
Fornecedores		**7.694**	**7.694**	3.705	3.705
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	**101.192**	**101.192**	68.614	68.614
Outras contas a pagar		**5.683**	**5.683**	2.828	2.828

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	**2.516**	82	**2.681**	86
Fundo de investimento em renda fixa	**35.177**	13.403	**35.177**	13.403
Total	**37.693**	**13.485**	**37.858**	**13.489**

As aplicações financeiras em sua maior parte, são representadas por certificados de depósitos bancários CDB ou fundos de investimentos mantidos, e tendo como média 97,80% do CDI, em 31 de dezembro de 2022 (95,04% do CDI em 31/12/21), em instituições de primeira linha. A Cia. possui, de acordo com contratos de empréstimos e financiamento, parte do saldo do Fundo de investimento em renda variável, em garantia conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	**35.177**	13.403	**35.177**	13.403
Aplicação em garantia (Nota 15)	**3.955**	5.714	**3.955**	5.714
	39.132	**19.117**	**39.132**	**19.117**

A seguir apresentamos a receita financeira auferida durante o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rendimento das aplicações financeiras	1.765	1.028	1.765	1.028

7. Contas a receber de clientes: O saldo de contas a receber de clientes segregados por prazo de vencimento encontra-se, como demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	2022	2021
A faturar (*)	**35.660**	38.110
Faturados	**30.495**	8.944
A vencer em até 30 dias	**28.763**	8.362
A vencer entre 31 e 60 dias	**-**	-
A vencer entre 61 e 90 dias	**-**	-
Vencidos	**1.732**	582
Total	**66.155**	**47.054**

(*) Correspondem a serviços prestados, que já possuem boletins de medição aprovados pelos clientes, porém não estavam faturados.

Em 31 de dezembro de 2022 há créditos vencidos no montante de R$1.732 (R$582 em 2021), para os quais a Administração entende não haver risco, estando vencidos a menos de 40 dias, e consequentemente não registrou provisão para perda naquela data. A seguir apresentamos o contas a receber conforme natureza de serviços prestados:

Controladora e Consolidado	2022	2021
Mergulho (a)	**28.263**	26.474
Embarcações (b)	**17.949**	8.906
Mergulho Saturado (c)	**14.125**	5.451
Serviços *Top-Side*	**5.818**	6.223
Total	**66.155**	**47.054**

(a) O maior volume do contas a receber do segmento de mergulho é devido a uma concentração de aprovações de medições de serviços prestados, cuja execução aconteceu nos últimos meses do ano para o mercado IOC. (b) A variação do contas a receber do segmento de Embarcações ocorre devido à concentração de faturamento em dezembro de 2022 após aprovação de medições de serviços prestados em meses anteriores para o mercado IOC. (c) A variação do contas a receber do segmento de Mergulho saturado ocorre devido a uma combinação de serviços prestados para Petrobras e IOC nos últimos meses de 2022. Destaque para serviços prestados para IOC em novembro de 2022, que superam os valores de serviços prestados para a Petrobras em dezembro de 2022. Em 31/12/22, a concentração de clientes em relação ao contas a receber é de paroximadamente 17% composto pela Petrobras e 83% por IOCs (50% Petrobras e 50% IOCs em 31/12/21).

SISTAC - SISTEMAS DE ACESSO S.A.

CNPJ nº 00.832.397/0001-88

8. Estoques de materiais consumíveis: Estoques consumíveis de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Materiais e peças de Reposição/Spare Parts	2.045	3.063	2.045	3.063
Materiais Hidráulicos, Pneumáticos e Conexões	2.282	2.525	2.282	2.525
Materiais elétrico e eletrônico	2.024	2.840	2.024	2.840
Ferramentas, acessórios para Ferramentas	854	855	854	855
Materiais e Utensílios	3.765	4.547	3.765	4.547
Outros	3.641	3.242	3.641	3.242
Total	**14.611**	**17.073**	**14.611**	**17.073**

A Cia. possui em seus estoques ferramentas e peças de reposição de uso interno que, são exigências contratuais, ou itens de garantia operacional, e por isso apresentam giro de estoque superior a 12 meses. Por esse motivo esses itens são apresentados como estoques consumíveis de longo prazo no montante de R$4.199 na controladora e consolidado (R$5.714 em 2021). **9. Ativo de contrato - retenções contratuais:** Refere-se a retenções contratuais em recebimentos das notas fiscais de serviço, cujos percentuais estão apresentados no quadro abaixo.

Tipo de Serviço	% Ret. Contratual
Megulho Profundo	2,50%
Mergulho Raso	1,93%

O encerramento de alguns contratos firmados com a Petrobras ocasionou uma redução das retenções. Em 31/12/22 o saldo contas a receber por retenções contratuais junto a Petrobras é de R$9.933 (R$19.720 em 2021). **10. Investimentos em controladas:** Em 31/12/22 e 2021 a Cia. possui participação em 100% da controlada Sistac BV, situada na Holanda. Resumo das movimentações:

	2022
Saldo no início do exercício	**21.356**
Equivalência Patrimonial	**1.622**
Ajuste Acumulado de Conversão - CTA	**155**
Saldo no final do exercício	**23.133**

As principais informações sobre a controlada a qual possui exercício social também encerrado em 31/12/22, estão apresentadas a seguir:

Ativo	2022	2021
Imobilizado e Intangível	15.887	16.578
Outros ativos	28	82
Total dos ativos	**15.915**	**16.659**
Passivo	**2022**	**2021**
Fornecedores	25	28
Outros Passivos	-	278
Patrimônio líquido	21.588	19.859
Passivo e Patrimonio	**21.613**	**20.166**
Resultado	**2022**	**2021**
Receitas	4.292	5.370
Custos e despesas	(2.670)	(3.606)
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício	**1.622**	**1.764**

11. Imobilizado: Composição e movimentação dos saldos – Controladora e Consolidado 2022:

		Controladora			
Custo de aquisição		01/01/22	Adições	Baixas	31/12/22
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	38.631	4.590	(386)	42.835
Equipamentos de mergulho	5 anos	70.921	3.661	(1.137)	73.445
Embarcações	20 anos	60.086	1.571	(95)	61.562
Docagem	2,5 anos	11.503	6.206	(1.335)	16.375
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	7.187	3	(23)	7.167
Arrendamentos	2 a 3 anos	1.943	2.330	-	4.273
Outros	5 a 10 anos	19.565	3.146	(349)	22.362
Subtotal		209.836	21.507	(3.325)	228.018
Depreciação Acumulada		01/01/22	Adições	Baixas	31/12/22
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	(19.814)	(3.482)	280	(23.017)
Equipamentos de mergulho	5 anos	(42.635)	(10.730)	1.041	(52.324)
Embarcações	20 anos	(22.699)	(3.785)	27	(26.458)
Docagem	2,5 anos	(9.296)	(1.695)	1.332	(9.660)
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	(5.623)	(751)	16	(6.358)
Arrendamentos	2 a 3 anos	(1.512)	(639)	-	(2.150)
Outros	5 a 10 anos	(12.665)	(1.949)	319	(14.294)
Subtotal		(114.245)	(23.031)	3.015	(134.261)
Total Líquido		95.591	(1.524)	(310)	93.757

		Consolidado			
Custo de aquisição		01/01/22	Adições	Baixas	31/12/22
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	60.719	4.590	(386)	64.923
Equipamentos de mergulho	5 anos	70.921	3.661	(1.137)	73.445
Embarcações	20 anos	60.086	1.571	(95)	61.561
Docagem	2,5 anos	11.503	6.206	(1.335)	16.374
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	7.187	3	(23)	7.167
Arrendamentos	2 a 3 anos	1.943	2.330	-	4.273
Outros	5 a 10 anos	19.565	3.146	(349)	22.362
Subtotal		231.924	21.507	(3.325)	250.106
Depreciação Acumulada		01/01/22	Adições	Baixas	31/12/22
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	(27.351)	(4.981)	280	(32.052)
Equipamentos de mergulho	5 anos	(42.635)	(10.730)	1.041	(52.324)
Embarcações	20 anos	(22.700)	(3.785)	27	(26.458)
Docagem	2,5 anos	(9.296)	(1.695)	1.332	(9.659)
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	(5.623)	(751)	16	(6.358)
Arrendamentos	2 a 3 anos	(1.512)	(639)	-	(2.151)
Outros	5 a 10 anos	(12.665)	(1.949)	319	(14.295)
Subtotal		(121.781)	(24.530)	3.015	(143.297)
Total Líquido		110.143	(3.023)	(310)	106.810

Composição e movimentação dos saldos – Controladora e Consolidado 2021

		Controladora			
Custo de aquisição		01/01/21	Adições	Baixas	31/12/21
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10 anos	35.695	2.936	-	38.631
Equipamentos de mergulho	5 anos	69.935	987	(1)	70.921
Embarcações	20 anos	59.813	276	(3)	60.086
Docagem	2,5 anos	11.461	370	(328)	11.503
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	7.187	-	-	7.187
Arrendamentos	2 a 3 anos	1.474	469	-	1.943
Outros	5 a 10 anos	18.162	1.412	(9)	19.565
Subtotal		203.727	6.450	(341)	209.836
Depreciação Acumulada		01/01/21	Adições	Baixas	31/12/21
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	(16.511)	(3.303)	-	(19.814)
Equipamentos de mergulho	5 anos	(31.745)	(10.890)	1	(42.635)
Embarcações	20 anos	(18.934)	(3.766)	-	(22.699)
Docagem	2,5 anos	(6.366)	(2.993)	63	(9.296)
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	(4.827)	(796)	-	(5.623)
Arrendamentos	2 a 3 anos	(1.407)	(105)	-	(1.512)
Outros	5 a 10 anos	(10.760)	(1.907)	2	(12.665)
Subtotal		(90.550)	(23.760)	65	(114.245)
Total Líquido		113.177	(17.310)	(276)	95.591

Custo de aquisição		01/01/21	Adições	Baixas	31/12/21
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10 anos	57.783	2.936	-	60.719
Equipamentos de mergulho	5 anos	69.935	987	(1)	70.921
Embarcações	20 anos	59.813	276	(3)	60.086
Docagem	2,5 anos	11.461	370	(328)	11.503
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	7.187	-	-	7.187
Arrendamentos	2 a 3 anos	1.474	469	-	1.943
Outros	5 a 10 anos	18.162	1.412	(9)	19.565
Subtotal		225.815	6.450	(341)	231.924
Depreciação Acumulada		01/01/21	Adições	Baixas	31/12/21
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	(21.370)	(5.980)	-	(27.351)
Equipamentos de mergulho	5 anos	(31.745)	(10.890)	1	(42.635)
Embarcações	20 anos	(18.934)	(3.766)	-	(22.700)
Docagem	2,5 anos	(6.366)	(2.993)	63	(9.296)
Guinchos Pull in Pull Out	10 anos	(4.827)	(796)	-	(5.623)
Arrendamentos	2 a 3 anos	(1.407)	(105)	-	(1.512)
Outros	5 a 10 anos	(10.760)	(1.907)	2	(12.665)
Subtotal		(95.409)	(26.437)	65	(121.781)
Total Líquido		130.406	(19.987)	(276)	110.143

Redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC 01 (R1) /IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Cia. verifica anualmente se há potenciais riscos de perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis através das atividades operacionais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados indicativos para redução ao valor recuperável. **12. Intangível:** Os valores registrados nesta rubrica referem-se a *softwares* adquiridos e utilizados pela Cia., e tem como taxa básica de amortização 20% ao ano.

	Controladora e Consolidado em 2022			
Custo de aquisição	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**
Softwares	5.377	1.296	-	6.673
Subtotal	5.377	1.296	-	6.673
Amortização Acumulada	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**
Softwares	(3.591)	(659)	-	(4.250)
Subtotal	(3.591)	(659)	-	(4.250)
Total Líquido	1.786	637	-	2.424

	Controladora e Consolidado em 2021			
Custo de aquisição	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**
Softwares	4.328	1.050	-	5.378
Subtotal	4.328	1.050	-	5.378
Amortização Acumulada	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**
Softwares	(2.861)	(730)	-	(3.591)
Subtotal	(2.861)	(730)	-	(3.591)
Total Líquido	1.466	320	-	1.787

13. Fornecedores: O saldo a pagar a fornecedores representa as obrigações da Cia. decorrentes das compras de equipamentos operacionais, materiais, equipamentos e serviços necessários para o desenvolvimento das atividades da Cia..

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Nacionais	5.893	3.268	5.893	3.268
Estrangeiros	1.603	199	1.802	436
Total	7.495	3.467	7.694	3.705

O contas a pagar a fornecedores não incidem juros e são geralmente liquidadas em prazos de 30 a 90 dias. **14. Obrigações trabalhistas:**

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Remunerações e encargos de folha a pagar	13.820	11.155
Provisão de férias	13.448	12.353
Provisão de bônus	3.687	4.013
Contribuição sindical a pagar	6	17
Saldo no final do período	30.961	27.539

No exercício findo em 31/12/22, o aumento observável na linha de remunerações e encargos de folha a pagar deve-se principalmente ao pagamento de dissídio retroativo e aumento dos salários em função do acordo coletivo.

15. Empréstimos e financiamentos:

Controladora e Consolidado	Encargos Médios a.a	Vencimento	2022	2021
Itaú Ponte (i)	3,85% + CDI	fev/2023	55.661	-
Santander (iii)	9,51%pré fixada	ago/2023	2.895	19.689
Itaú Kgiro (ii)	5,9% + CDI	dez/2023	8.546	-
Abc (vi)	3,68% + CDI	jan/2024	3.871	3.871
CEF (iv)	3,91% + CDI	mar/2026	6.469	8.000
Bradesco (v)	23.15%	ago/2027	1.564	19.394
Total Circulante			79.007	50.954
Santander (iii)	9,51% pré fixada	ago/2023	-	2.895
Abc (vi)	3,68% + CDI	jan/2024	161	4.032
CEF (iv)	3,91% + CDI	mar/2026	12.857	10.000
Bradesco (v)	23,15%	ago/2027	9.167	733
Total Não Circulante			22.185	17.661
Total empréstimos e financiamento			101.192	68.614
Instrumento financeiro derivativo (*)			(3.626)	-
			97.556	68.614

(*) A Cia. tem contratados instrumentos financeiros derivativos do tipo Swap para se proteger do risco de variação das taxas de câmbio nos empréstimos com o Itaú. Os valores contábeis dos empréstimos da Cia. são integralmente denominados em reais brasileiros. Em 31/12/22, os contratos de empréstimos da Cia. não possuem cláusulas de penalidades de liquidação antecipada (covenants financeiros). Abaixo descrevemos as cláusulas restritivas da Cia. para contratos existentes em 2021 e 2022. (i) O empréstimo Itaú - Ponte foi contratado junto ao Itau Nassau e possui como garantia uma carta de crédito (*stand by letter of credit*) emitida pelo Itau Unibanco. O empréstimo foi contratado em euros, com taxa pré fixada e em conjunto foi contratado um instrumento derivativo de swap, objetivando mitigar o risco de variação cambial e definindo um custo de taxa juros referenciado em CDI. Em 31/12/22 o instrumento financeiro ativo é de R$3.986. (ii) O empréstimo Itaú Kgiro foi contratado junto ao Itau Nassau e possui como garantia uma carta de crédito (stand by letter of credit) emitida pelo Itau Unibanco. O empréstimo foi contratado em euros, com taxa pré fixada e em conjunto foi contratado um instrumento derivativo de swap, objetivando mitigar o risco de variação cambial e definindo um custo de taxa juros referenciado em CDI. Em 31/12/22, o valor das aplicações em garantia mantidas com o Itaú era de R$ 1.000 , referente a garantia de financiamento de curto prazo encerrado em 29/12/22. (iii) O empréstimo Santander (FGI) trata-se de linha de crédito tomada dentro do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, baseado na lei nº 14.042 de 19/08/20, permitindo a cessão de crédito com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES. Não houve constituição de garantias por parte da Cia.. Ainda, em 31/12/21 a Cia. mantinha com o Santander outros dois empréstimos, garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de prestação de serviços firmado ju nto à Petrobras e cláusula restritiva a razão entre Dívida Financeira Líquida / EBITDA igual ou menor que 2,5x, medidos com base no balanço anual consolidado. Ambos empréstimos foram completamente quitados e suas respectivas garantias e obrigações de índices financeiros foram integralmente liberadas. (iv) O empréstimo CEF - Kgiro 2022 tem como avalista a Blue Ocean Embarcações S/A e como garantia a cessão de saldo em aplicação financeira da própria Caixa Econômica, na forma de cash collateral, no limite de 15% do saldo devedor da operação. Em 31/12/22, o valor das aplicações em garantia mantidas com a CEF era de R$ 2.955 (R$ 2.805 em 31/12/21). Esta linha de crédito foi contratada para alongar o prazo de um empréstimo similar, que contava com uma obrigação adicional de trânsito mensal em conta de R$5.000 em recebíveis da Petrobrás, apurados semestralmente. (v) O empréstimo Bradesco (FGI) tem como avalista a Blue Ocean Ambarcações S/A e trata-se de linha de crédito tomada dentro do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, baseado na lei nº 14.042 de 19/08/20, permitindo a cessão de crédito com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES. Não houve constituição de garantias por parte da Cia.. Em 31/12/22, não haviam aplicações em garantia mantidas com o Bradesco (R$ 2.909 em 31/12/21). (vi) O empréstimo ABC (Kgiro 2020) tem como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de prestação de serviços firmado junto à Petrobras, sem montante definido. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Ano	Saldo inicial	Captação	Provisão de juros	Variação Cambial	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Saldo final
2022	68.614	94.214	8.491	5.173	(68.284)	(7.016)	101.192
2021	88.175	33.672	5.990	-	(52.833)	(6.390)	68.614

16. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa: Transações que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Transferencia de estoque para ativo imobilizado	7.895	-	13.481	-

17. Provisão para contingências: Em 31/12/22 a movimentação das causas contingentes da Cia. são de natureza trabalhista e estão apresentadas a seguir: Movimentação da provisão:

Ano	Saldo inicial	Acréscimo	Reversão	Pagamento	Saldo final
2022	20	1.169	(20)	-	1.169
2021	171	-	(151)	-	20

A Cia. ainda possui processos contingentes, cujos consultores juridicos tratam o risco de perda como possível, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Tributário	10.865	6.095
Trabalhista	20.156	13.566
Total	31.021	19.661

18. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social em 2022 e 2021 está composto da seguinte forma:

	Ações	Participação %
Blue Ocean Embarcações S.A.	3.000.000	1
Total	3.000.000	3.000.000

De acordo com entendimentos mantidos entre os acionistas realizou-se, no dia 05/02/21, uma transação entre os sócios da Cia., onde o sócio Mário Luiz Magalhães Gonçalves, detentor de 10% do capital social da Sistac, vendeu a totalidade de suas ações (300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) à Blue Ocean Embarcações S.A.. O termo de transferência foi assinado em 05/02/21, mesma data em que a transação foi registrada no livro registro de ações da Cia.. Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos. A Sistac possui uma única classe de ações ordinárias. *Quantidade de ações emitidas e totalmente integralizadas - em reais*

	2022	2021
Capital Social	90.221.816	90.221.816
Quantidade de ações	3.000.000	3.000.000
Valor unitário	30,07	30,07

b) Distribuição dos lucros

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(7.724)	3.961
Constituição de reserva legal (5%)	-	198
Lucro liquido ajustado	-	3.763
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	941

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. c) Reservas orçamentaria: Durante o exercício de 2021, o lucro liquido ajustado após distribuição de reservas e dividendos, no montante de R$2.822 foi ditribuido para compor o saldo de reserva orçamentaria, totalizando a época R$46.465. Durante o exercício de 2022 o montante equivalente a R$7.724 foi utilizado para absolrcao do prejuízo das atividades da Sistac, e R$5.086 para absorção do patrimônio liquido negativo incorporado da Seasafe. d) Plano de opções de ações: A reserva de plano de opções em ações é utilizada para reconhecer o valor das remunerações liquidadas em ações baseadas em ações oferecidas aos empregados, incluindo os principais executivos da Sistac. Para mais detalhes sobre estes planos, vide Nota Explicativa 26. **19. Lucro por ação:** a) Básico e diluído: Em 31/12/22 e 2021 a Cia. não tem instrumentos financeiros diluidores do lucro por ação, assim o lucro básico e o lucro diluído são iguais.

	2022	2021
Lucro (prejuízo) do período	(7.724)	3.961
Parcela do lucro transferido para reserva legal	-	198
Lucro distribuivel da Cia.	-	4.159
Quantidade de ações ordinárias em circulação	3.000.000	3.000.000
Lucro (prejuízo) básico por ação - em centavos de reais	(2,57)	1,39

20. Receita de vendas e/ou serviços: Em 31/12/22 e 2021 a composição da receita é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Receita bruta de serviços	282.986	298.056
Impostos incidentes sobre serviços	(31.162)	(33.541)
Total receita liquida	251.824	264.515

A receita bruta por atividade é composta da seguinte forma:

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Mergulho	116.175	156.399
Embarcações (incluindo serviços)	80.058	62.426
Mergulho profundo	59.606	44.083
Escalada	24.440	16.399
Pull-in/ Pull-out	2.039	15.188
ROV	397	3.541
Outros	272	20
Total receita bruta	282.986	298.056

21. Custo dos serviços prestados: O custo dos serviços prestados por natureza esta abaixo apresentado:

	Controladora	
	2022	2021
Custo com pessoal	136.078	145.977
Amortizações e depreciações	22.948	24.025
Custos com materiais aplicados	20.154	13.979
Locações	12.741	13.165
Viagens e estadias	14.740	12.245
Serviços contratados	14.115	13.929
Gastos gerais	9.219	8.256
Crédito PIS/Cofins sobre depreciação	(2.117)	(2.214)
Outros	947	1.775
Total dos custos	228.825	231.137

	Consolidado	
	2022	2021
Custo com pessoal	136.078	145.977
Amortizações e depreciações	25.272	26.773
Custos com materiais aplicados	20.154	13.979
Viagens e estadias	14.740	12.245
Serviços contratados	14.115	13.929
Gastos gerais	9.219	8.256
Locações	8.450	7.795
Crédito PIS/Cofins sobre depreciação	(2.117)	(2.214)
Outros	947	1.775
Total dos custos	226.857	228.516

(a) Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na prestação de serviços.

22. Despesas operacionais

	Consolidado	
	2022	2021
a) Despesas com vendas		
Combustíveis	0	3
Refeições e lanches	16	24
Cursos treinamentos e seminários	3	113
Gastos com viagens ao exterior	-	3
Pedágio e estacionamento	12	2
Outros	16	21
Total despesa com vendas	48	166
	2022	2021
b) Despesas administrativas		
Controladora		
Gastos com pessoal	22.004	19.307
Serviços contratados	6.722	5.192
Total despesas administrativas	28.726	24.499
Consolidado	2022	2021
Gastos com pessoal	22.004	19.307
Serviços contratados	7.203	5.911
Total despesas administrativas	29.207	25.218

22. Despesas operacionais -- Continuação

c) (-) Despesas Gerais		
Controladora e Consolidado	2022	2021
Materiais de consumo	201	82
Locações	470	425
Comunicação	152	135
Viagens e estadas	395	120
Amortizações e depreciações	779	586
Provisão para contingência	848	(151)
Energia elétrica	75	56
Publicações	8	8
Contribuições sindicais	166	68
Despesas gerais	200	857
Impostos e taxas	360	991
Multas	176	27
Total despesas gerais	3.831	3.204

23. Receitas (despesas) financeiras

Controladora	2022	2021
Receitas financeiras		
Atualização monetária	4.936	2.710
Intrumento financeiro de derivativo	3.626	-
Rendimentos sobre aplicação financeira	1.765	1.028
Variação cambial	215	(289)
Outras receitas financeiras	83	17
Total das receitas financeiras	10.625	3.466
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(8.267)	(5.925)
Despesa variação cambial	(5.470)	-
Multas e despesas bancárias	(628)	(410)
Juros sobre impostos e importação	(362)	(550)
Outras despesas financeiras	(1.058)	(760)
Total das despesas financeiras	(15.786)	(7.645)
Resultado financeiro líquido	(5.161)	(4.178)
Consolidado	2022	2021
Receitas financeiras		
Atualização monetária	8.562	2.710
Rendimentos sobre aplicação financeira	1.765	1.028
Variação cambial	215	(289)
Outras receitas financeiras	83	17
Total das receitas financeiras	10.625	3.466
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(8.267)	(5.925)
Despesa variação cambial	(5.470)	-
Multas e despesas bancárias	(628)	(410)
Juros sobre impostos e importação	(362)	(550)
Outras despesas financeiras	(923)	(899)
Total das despesas financeiras	(15.650)	(7.783)
Resultado financeiro líquido	(5.025)	(4.317)

24. Imposto de renda e contribuição social: 24.1. Impostos a recuperar

Controladora e Consolidado	2022	2021
IR e CS sobre Faturamento (a)	10.459	- 13.849
IR sobre aplicações financeiras	171	113
Total	10.630	13.962

(a) O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre faturamento corresponde aos valores retidos sobre faturamento e que não foram necessários para compensação de IR e CS a recolher em 2022. A Cia. planeja utilizar estes impostos a recuperar para compensar impostos de mesma natureza no próximo exercício.

24.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social: A seguir apresentamos a apuração de imposto de renda e contribuição social para o exercicio

Controladora e Consolidado	2022	2021
Resultado antes de IR/CSLL	(10.722)	5.379
Diferenças temporárias - adições		
Provisão para bônus e dissídio	16.815	11.480
Outras despesas não dedutíveis	3.680	1.676
	20.494	13.156
Diferenças temporárias - exclusão		
Reversão provisão de contingência	(20)	(151)
Reversão multa contratual	-	-
Reversão de bônus e dissídio	(17.899)	(6.863)
Outras despesas dedutíveis	-	-
Outras reversões	(4.967)	(1.404)
	(22.886)	(8.419)
Diferenças permanentes - adição e (exclusão)		
Bônus diretoria	1.362	477
Equivalência Patrimonial	(1.622)	(1.764)
Amortização Direito de Uso	639	105
Outras despesas permanentes	1.526	62
	1.905	(1.121)
Adições e exclusões	(11.208)	(8.996)
Alíquota (IR e CSLL)	34%	34%
IR e CSLL Corrente	(3.811)	3.059
IR e CSLL Corrente	-	3.028
IR e CSLL Diferido	(2.998)	(1.611)
IR e CSLL	(2.998)	1.418
Taxa Nominal	34,00%	34,00%
Taxa Efetiva	27.96%	26,36%

25. Partes relacionadas: a) A Cia. possui saldos com partes relacionadas onde suas naturezas estão descritas abaixo: Sistac BV (R$ 10.086 em 2022 e R$ 7.235 em 2021) - Locação de equipamentos. b) Remuneração dos administradores: Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros) e pró-labore. O total de benefícios de curto prazo pagos aos Administradores em 2022 foi de R$ 2.662 (R$ 2.919 em 31/12/21). **26. Programa de remuneração baseado em ações:** A Assembleia Geral Extraordinária aprovou em 30/12/16, a criação do Plano de Opções de Compra de Ações, programa de incentivo de longo prazo de compra de ações, com o objetivo de integrar executivos no processo de desenvolvimento da Cia., a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações das ações da Cia.. O mencionado plano consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Cia., outorgadas ao executivo, Beneficiário do programa, a determinado preço de exercício por ação – ou preço de compra da ação – que deve ser exercido em período ou prazo de exercício. Na data do exercício do direito as ações alienadas ao Beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição. O plano prevê ainda, que, os demais acionistas da Cia. não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções. Dessa forma, ocorre a diluição do capital da Cia. de forma proporcional à quantidade das novas ações subscritas. O beneficiário do Plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de cada uma das datas de maturação (*vesting*) do plano, podendo exercer o direito de compra até a data de expiração do referido direito (8 anos contados após 30/12/16, data de celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações entre os Executivos contemplados pelo Plano e a Sistac). O beneficiário possui direito de venda conjunta (*tag along*) proporcional a participação societária detida, mas tem o dever de venda conjunta (*drag along*), podendo a Cia. nesse caso exigir a venda da posição detida pelo beneficiário. A cada outorga, o executivo elegível tem o direito de adquirir as ações vendidas pelo preço de exercício atualizado até a data de aquisição das ações outorgadas. A quantidade de opções de compra e o preço de exercício são estabelecidos conforme Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrado entre os Executivos e a Sistac. De acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações foi autorizado a concessão do direito de compra da totalidade de 169.931 ações com o preço de exercício de R$ 61,25 por ação, corrigido pelo IPC-A desde 30/12/16, data de celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações até a data da efetiva subscrição ou compra, conforme o caso. As informações sobre os programas estão abaixo descritas: Plano de opção de compra de ações

Quantidade de Opções Outorgadas	
aos Participantes	**169.931**
Preço de Exercício	R$ 61,25
Correção do Preço de Exercício	IPCA desde 30/12/16 até a data de exercício da opção de compra.

Prazo para exercício das opções

(a) Até 30 de setembro de 2017, o participante não poderá exercer as opções
(b) A partir de 01/10/17 até 30/09/18, o participante poderá exercer até 12,5% das opções
(c) A partir de 01/10/18 até 30/09/19, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 37,5% das Ações
(d) A partir de 01/10/19 até 30/09/20, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 62,5% das Ações
(e) A partir de 01/10/20 até 30/09/21, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 87,5% das Ações
(f) A partir de 01/10/21, o participante poderá exercer até 12,5% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 100,0% das Ações

(*) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Data da maturação	Correção no prazo do exercício	Data de vencimento	Quantidade de ações outorgadas
A partir de 01/10/17	IPCA	30/12/24	21.241
A partir de 01/10/18	IPCA	30/12/24	42.483
A partir de 01/10/19	IPCA	30/12/24	42.483
A partir de 01/10/20	IPCA	30/12/24	42.483
A partir de 01/10/21	IPCA	30/12/24	21.241
Total			**169.931**

Mensuração do valor justo: A mensuração foi realizada através do Método da Simulação de Monte Carlo para a precificação de opções de ações, considerando que a ação segue um processo aleatório predeterminado. Como o direito de exercício pode ser exercido a qualquer momento entre a data inicial de exercício e a data de expiração do direito, as opções em questão são do tipo americana. Portanto, o modelo mais adequado para a precificação das mesmas é o Método de Simulação de Monte Carlo aplicado sobre o preço do ativo, que segue um processo estocástico predefinido. As premissas adotadas na determinação do valor justo das opções estão descritas abaixo:

SISTAC - SISTEMAS DE ACESSO S.A.

CNPJ nº 00.832.397/0001-88

Preço de Exercício **R$ 61,25 por ação**
Duração (*Vesting Period*) 8 anos
Taxa de Retorno Livre de Risco 5,91% - IPCA
Volatilidade Esperada (% aa) 28,87%
Valor Justo Apurado das Opções em 2016 R$ 462.792,42

O valor justo das opções outorgadas em 31/12/22 foi de R$ 112, (R$ 112 em 31/12/21), valores estes referentes ao vesting period. Até a presente data as outorgas maturadas não foram exercidas pelos beneficiários indicados pelo Conselho de Administração. As opções dos programas acima somente poderão ser exercidas em caso de ocorrência de alienação total das ações da Cia. a terceiros, ou na hipótese de venda de controle da Cia.. A Administração da Cia. informa que não foram exercidas quaisquer opções durante os exercícios de 2022 e 2021. **27. Seguros:** A Sistac gere os seus riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Além disso, a Cia. mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

Ramo	Seguradora	Prêmio Total	Valor Segurado/LMI
			100% Tabela
Autofrota	Porto Seguro	6	FIP
Cascos Marítimos	Axa	108	95.246
Patrimonial	Fairfax	89	56.369
RD Equipamentos	Bradesco	33	1.600
Ambiental	Starr	671	35.000
P&I - Protection and Indemnity *	ShipOwners	55	5.300.000
Responsabilidade Civil Geral	Chubb	22	39.000
Riscos de Petróleo	Tokio Marine	769.281	70.000
D&O	Zurich	57.556	50.000

* Valor segurado em dólares, retratado aqui em Reais como referência.

28. Informações por segmento: A Administração determinou os segmentos operacionais com base na informação revisada pelo comitê diretivo estratégico com o objetivo de alocar os recursos e a avaliação de desempenho entre os segmentos. Os negócios estão distribuídos e gerenciados nos segmentos operacionais conforme a seguir: Mergulho: O segmento de mergulho tem como principal atividade a prestação de serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos para a indústria de exploração e produção de óleo e gás por meio de mergulhadores (majoritariamente) e de veículos operados remotamente (ROV). A Cia. atua também na elaboração de serviços de engenharia para a execução de reparos e manutenção destas estruturas. A Cia. detém o certificado IMCA (International Marine Contractors Association), concedido pela IMCA. Embarcação: O segmento de Embarcações inclui três embarcações próprias do tipo SDSV (*Shallow Diving Support Vessel*), duas dedicadas à atuação em toda a costa brasileira e uma atuação em águas abrigadas. Os SDSVs são embarcações de apoio à indústria de óleo e gás, construídas especificamente para a execução de atividades de mergulho e intervenções com uso de ROV. Os contratos com as embarcações incluem o afretamento das embarcações, bem como os serviços de mergulho raso e ROV. Mergulho saturado: O segmento de mergulho saturado refere-se aos serviços de intervenções executados com o uso de mergulhadores entre 50m e 300m da lâmina d'água a partir de embarcação específica (DSV - *Diving Support Vessel*). Devido à alta pressão decorrente das profundidades mais elevadas, os mergulhadores necessitam permanecer em câmaras que simulam a pressão do ambiente em que as inspeções, manutenções ou reparos serão executados, imersos em uma mistura gasosa a base de gás hélio e oxigênio. No contrato de prestação de serviço de Mergulho Saturado, a Cia. conta com um parceiro estratégico que é proprietário da embarcação do tipo DSV. Serviços Top-Side: O segmento de Serviços *Top-Side* engloba atividades de *Pull-In* e *Pull-Out*, Manutenção de Guinchos de *Pull-In/Out* e Escalada Industrial. A atividade de *Pull-In* engloba um conjunto de manobras de superfície, a bordo de uma Unidade Estacionária de Produção (UEP), a fim de viabilizar a transferência de um duto a ser interligado à plataforma, por intermédio de operações de conexão e fixação. São realizadas, ainda, operações de desmobilização desses dutos (*Pull-Out*). A atividade de Escalada Industrial inclui os serviços de inspeção, reparo e manutenção em que cordas e equipamentos de escalada são usados para alcançar locais que necessitam serem inspecionados ou reparados. A técnica de acesso por cordas é o método mais seguro, rápido e eficiente para realizar trabalhos em altura. A Cia. detém o certificado IRATA, concedido pela certificadora IRATA. a) Informações por segmento:

2022	Mergulho	Embarcações	Serviços Top-Side	Mergulho Saturado	Corporativo/ Eliminações	Consolidado
Ativo	**119.347**	**130.588**	**10.838**	**4.479**	**23.313**	**288.565**
Imobilizado	**44.180**	**48.330**	**4.012**	**1.658**	**8.630**	**106.810**
Passivo	**64.170**	**70.198**	**5.827**	**2.535**	**12.535**	**155.265**
Patrimônio líquido	**55.177**	**60.360**	**5.011**	**2.071**	**10.778**	**133.397**

2021	Mergulho	Embarcações	Serviços -Side	Mergulho Saturado	Corporativo/ Eliminações	Consolidado
Ativo	117.088	104.728	13.678	6.331	13.810	255.634
Imobilizado	50.448	45.123	5.893	2.728	5.950	110.143
Passivo	50.405	45.085	5.888	2.725	5.945	110.049
Patrimônio líquido	66.682	59.643	7.790	3.606	7.865	145.585

b) EBITDA por segmento

2022	Mergulho	Embarcações	Serviços Top-Side	Mergulho Saturado	Corporativo/ Eliminações	Consolidado
Receita líquida	76.505	105.070	23.748	46.502	-	251.827
Custo produtos e serviços vendidos	(95.826)	(54.183)	(18.539)	(24.360)	(33.949)	(226.856)
Lucro bruto	**(19.321)**	**50.887**	**5.209**	**22.142**	**(33.949)**	**24.968**
Resultado não operacional	5	180	(252)	2.291	198	2.423
Despesas vendas e administrativas	(482)	-	-	-	(32.605)	(33.086)
Depreciação	12.794	6.069	1.416	1.081	2.575	23.935
EBITDA	**(7.004)**	**57.136**	**6.373**	**25.514**	**(63.780)**	**18.239**

2021	Mergulho	Embarcações	Serviços Top-Side	Mergulho Saturado	Corporativo/ Eliminações	Consolidado
Receita líquida	122.985	74.585	28.017	38.928	-	264.515
Custo produtos e serviços vendidos	(102.461)	(47.814)	(27.392)	(19.980)	(30.868)	(228.516)
Lucro bruto	**20.524**	**26.770**	**625**	**18.948**	**(30.868)**	**35.999**
Resultado não operacional	(7)	(268)	(1)	2.459	102	2.285
Despesas vendas e administrativas	(144)	(21)	151	-	(28.575)	(28.589)
Depreciação	12.891	7.125	1.982	1.120	2.028	25.145
EBITDA	**33.264**	**33.606**	**2.756**	**22.527**	**(57.313)**	**34.841**

29. Eventos subsequentes: 29.1 – Decisão do Supremo Tribunal Federal: Em decisão tomada no dia 08/02/23, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Cia. não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações contábeis. **29.2 – Emissão de debentures:** Em 06/03/23, a Cia. concluiu a 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações. O montante total captado foi de R$ 120 milhões e foi dividido entre Itaú, Caixa Econômica e Bradesco, nos valores de 70 milhões, 40 milhões e 10 milhões, respectivamente. Com prazo de 5 anos após a data de emissão. Covenants Financeiros: • Dívida líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5x a partir de dezembro de 2023, apurado anualmente; Garantias; • Aval da Blue Ocean Embarcações S/A; • Cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de afretamento e/ou prestação de serviços firmado junto à Petrobras; • Trânsito de recebíveis maior que 3x o valor da próxima prestação (principal + juros) em uma conta vinculada designada; • Manutenção de saldos a performar em contratos com Petrobras de valor maior que 200% do saldo devedor.

Ricardo Luis Nunes Vezo - Diretor Presidente
André Luis Ferreira da Silva - Gerente Geral de Finanças
Uallace de Souza Mendes - Contador Responsável (CRC-RJ 125567/O-0)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da **SISTAC - Sistemas de Acessos S.A.**, Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SISTAC – Sistemas de Acessos S.A. ("Cia."), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/22 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Cia. em 31/12/22, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27/03/23. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP015199/F; Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contadora CRC-RJ091370/O.

ZEE DOG S.A.

zeedog

CNPJ: 15.662.972/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Srs. Acionistas: Em obediência às prescrições legais e estatutárias, temos o prazer de apresentar a V.Sas, para apreciação e exame, O Balanço Geral, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido consolidados entre a ZeeDog S/A e suas Controladas Zee.Now Comércio de Produtos para Animais S.A., Lolopet Alimentos Naturais S.A. com as sedes no Brasil ZeeDog LLC com sede nos EUA e Shenzhen Zee Dog Business Co Ltda com sede na China referente ao período encerrado em 31/12/2022.

Balanço patrimonial consolidado encerrado em 31/12/2022 (em MR$)

ATIVO	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
CIRCULANTE	**28.674**	**37.686**	**64.779**	**73.528**
Caixa e Equivalentes de Caixa	359	9.024	2.332	13.820
Aplicações financeiras	-	1.775	-	1.775
Contas a Receber	5.906	17.683	19.294	29.125
Estoques	15.523	6.858	33.528	22.707
Impostos a Recuperar	6.839	2.134	9.371	2.602
Outros Créditos	46	213	254	3.499
Outros Ativos Circulantes	-	-	-	-
NÃO CIRCULANTE	**62.553**	**52.198**	**51.875**	**58.532**
Empréstimo a Terceiros	-	-	-	-
Impostos a Recuperar	-	613	-	1.722
Depósitos e Cauções	4.856	2.170	5.118	2.554
Partes Relacionadas	-	–	-	-
Investimentos	43.695	34.838	-	-
Imoblizado e Intangível	14.002	14.577	46.757	54.256
TOTAL DO ATIVO	**91.227**	**89.885**	**116.654**	**132.060**
PASSIVO	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
CIRCULANTE	**18.124**	**17.676**	**41.021**	**59.098**
Fornecedores	6.698	8.486	24.759	44.495
Obrigações Fiscais e Tributárias	4.902	3.204	5.509	4.396
Obrigações Trabalhistas	3.572	1.513	5.626	3.380
Arrendamento–direito de uso	1.451	1.584	3.626	3.674
Participações Societárias a pagar	1.501	-	1.501	-
Outras Obrigações	-	-	-	264
Empréstimos	-	2.889	-	2.889
NÃO CIRCULANTE	**13.053**	**23.764**	**15.583**	**24.517**
Outras obrigações	890	714	1.042	890
Paticipações Societarias a Pagar	-	1.500	-	1.500
Arrendamento–direito de uso	2.858	5.181	9.930	12.160
Perdas em Investimentos	4.694	6.402	-	-
Provisão para riscos	4.611	4.967	4.611	4.967
Contas a pagar–partes relacionadas	-	5.000	-	5.000
Empréstimos	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**60.050**	**48.445**	**60.050**	**48.445**
Capital Social	117.232	73.732	117.232	73.732
Capital Social à Integralizar	-	-	-	-
Reserva de capital	11.011	11.011	11.011	11.011
Efeitos em transações de capital	(7.416)	(7.416)	(7.416)	(7.416)
Ajuste acumulado de conversão	(90)	755	(90)	755
Lucros/Prejuízos Acumulados	(60.687)	(29.637)	(60.687)	(29.637)
TOTAL DO PASSIVO	**91.227**	**89.885**	**116.654**	**132.060**

Diretores: Eduardo Silbert; Felipe Diz
Contador: Marina Pereira - CRC RJ - 124584/O-8

Demonstração do resultado consolidado em 31/12/2022 (em MR$)

DRE	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida	61.375	57.143	197.825	189.027
Custo das mercadorias vendidas	(27.751)	(25.562)	(100.132)	(116.251)
Lucro bruto	**33.624**	**31.581**	**97.694**	**72.776**
Despesas operacionais	**(64.378)**	**(46.879)**	**(126.036)**	**(87.123)**
Despesas com vendas	(14.562)	(5.139)	(46.682)	(15.036)
Despesas gerais e administrativas	(28.978)	(27.222)	(65.933)	(72.087)
Provisão para impairment	(8.995)	-	(8.995)	-
Outros resultados operacionais	(302)	-	(4.426)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(11.542)	(14.518)	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	**(30.754)**	**(15.298)**	**(28.343)**	**(14.347)**
Receitas financeiras	1.140	1.032	1.253	1.122
Despesas financeiras	(1.437)	(2.496)	(3.961)	(3.537)
Lucro antes dos impostos	**(31.051)**	**(16.762)**	**(31.051)**	**(16.762)**
I.R. e C.S. corrente	-	(919)	-	(919)
Lucro do exercício	**(31.051)**	**(17.681)**	**(31.051)**	**(17.681)**

Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2022 (em MR$)

DESCRIÇÃO	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas	Total
Saldos em 31/12/2020	**66.300**	**(20.699)**	**864**	**46.465**
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	2.731	2.731
Aumento de capital social	7.432	-	7.770	15.202
Transação de capital	-	-	-	-
Absorção de reserva	-	7.770	(7.770)	-
Prejuízo do exercício	-	(17.681)	-	(17.681)
Var. cambial na convers. de controladas	-	1.728	-	1.728
Saldos em 31/12/2021	**73.732**	**(28.882)**	**3.595**	**48.445**
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	-	-
Aumento de capital social	43.500	-	-	43.500
Var. cambial na convers. de controladas	-	(845)	-	(845)
Absorção de reserva	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(31.051)	-	(31.051)
Saldos em 31/12/2022	**117.232**	**(60.778)**	**3.595**	**60.050**

NOTAS EXPLICATIVAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022: A ZeeDog S/A é uma Cia. brasileira de produtos destinados a animais domésticos, fundada em 14/05/2012 na cidade do RJ, sob a forma de sociedade anônima, pelos senhores Felipe Diz e Thadeu Diz hoje, Diretores e Presidente do Conselho de Administração. As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações contábeis da Cia. e de suas controladas diretas, nas quais lhe são assegurados, de modo permanente, preponderância nas deliberações societárias e poder de eleição dos administradores. A Zee.Dog S/A possuía, em 31/12/2022 as seguintes participações em suas subsidiárias: Zee.Now Comércio de Produtos para Animais S.A.–100,00%; Lolopet Alimentos Naturais S.A. 100%; Zee.Dog LLC–100,00%; e Shenzhen Zee.Dog Business Co Ltda–100,00%/ Zee.Dog BV–100,00%.

Demonstração do fluxo de caixa consolidado em 31/12/2022 (em MR$)

DFC	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	-31.051	-17.681	-31.051	-17.681
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líq. gerado pelas ativid. operacionais:				
Depreciação e amortização	756	776	3.148	1.293
Depreciação-direito de uso (CPC 06 (R2) / IFRS 16)	1.540	1.517	4.302	3.858
Desp. de juros-direito de uso (CPC 06 (R2) /IFRS 16)	466	595	1.603	1.364
Provisão para impairment	8.995	–	8.995	–
Provisão para perdas nos estoques	184	360	1.784	360
Provisão de cutoff da receita	497	-503	497	-503
Provisão de cutoff de CMV	-148	-161	-148	-161
Resultado de equivalência patrimonial	10.843	14.518	–	–
Opções outorgadas reconhecidas	–	2.731	–	2.731
Juros sobre empréstimos bancários	58	694	58	694
Baixa de ativo imobilizado e intangível	442	68	1.405	68
Baixa de ativo e passivo de direito de uso	-114	217	-133	217
Provisão para perda de crédito liquidação duvidosa	-70	594	206	794
Provisão (reversão) para contingências	-355	1.205	-355	1.213
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	4.323	-6.080	9.806	-1.789
Partes relacionadas	3.020		-5.000	
Estoques	-8.641	-4.752	-10.857	-15.751
Impostos e contribuições a recuperar	-4.705	-1.901	-5.047	-3.466
Outros créditos	167	-1.273	3.245	-3.467
Depósitos Judiciais	-2.686		-2.564	
Fornecedores	-1.788	5.244	-19.736	21.374
Adiantamento de Cliente	–	–	-264	264
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.059	559	2.246	1.503
Obrigações tributárias	1.698	1.795	1.113	2.540
Outras obrigações	1.678	1.625	-1.654	696
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**-12.832**	**147**	**-38.401**	**-3.849**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Aumento) redução de aplicações financeiras	1.775	16.297	1.775	16.252
Aumento de capital em controladas	-32.602	-16.785	–	–
Aquisição de investimento em controladas	–	-13.499	–	-13.499
Aquisição de imobilizado	-432	-5.025	-3.964	-10.932
Aquisição de intangível	-102	-28	-114	-28
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**-31.361**	**-19.040**	**-2.303**	**-8.207**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos	-2.889	-10.714	-2.889	-10.714
Aumento de capital social	38.500	6.019	38.500	6.019
Captação de empréstimos e financiamentos	–	5.000	–	5.000
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-83	-662	-83	-662
Pagamentos de direito de uso (CPC 06 (R2) IFRS 16)	–	-1.481	-6.226	-4.664
Empréstimos–partes relacionadas	–	5.000	-678	5.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**35.528**	**3.162**	**28.624**	**-21**
Efeito cambial em caixa e equivalentes de caixa	–	–	592	-259
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	-8.665	-15.731	-11.488	-12.336
Saldo no início do periodo	9.024	24.755	13.820	26.111
Saldo no fim do periodo	359	9.024	2.332	13.775

CONCESSÃO DE LICENÇA

Valence Máquinas e Equipamentos Ltda, CNPJ 08.250.241/0004-43 torna público que recebeu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo n° 14/200864/2012, Licença Ambiental Municipal de operação n° EIS-LMO 2023/00054 com validade de 03/04/2033 para Comércio e manutenção de tratores, retroescavadeiras e equipamentos similares localizado na Rua Filomena Nunes, 58 - Olaria/RJ.

EDITAL

RECONHECIMENTO DE PROPRIEDADE POR MEIO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. Protocolo nº 85336, do Registro de Imóveis de Pedro Leopoldo-MG, situado à Rua Comendador Antônio Alves, nº 451, Centro, em Pedro Leopoldo-MG. FAZ SABER que perante a esta Serventia foi protocolado a Adjudicação Compulsória Extrajudicial, movida por NIUSO JOSÉ DA SILVEIRA em face de DANIEL MARCO WEITERSCHAN LEVY, EM 13/04/2023, tendo por objeto a procedência do pedido de ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA nos termos do artigo 216-B da LEI 6015/73, do imóvel a seguir descrito: O imóvel constituído pelo lote de terras de nº 06, da quadra 05, medindo 1.000,00m², situado em Balneário Lagoa dos Mares, no município de Confins, Comarca de Pedro Leopoldo/MG, objeto da Matrícula 28338, desta Serventia. Inscrito na Prefeitura Municipal de Confins sob nº 01.0006.045.0471.001. Não sendo possível a citação em face do notificado, tendo em vista o esgotamento dos meios de localização comprovados pelas certidões negativas nos endereços conhecidos, noticiam estar o notificado em local ignorado. Nos termos do artigo 256, II do Novo Código de Processo Civil, expediu-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO, em face de DANIEL MARCO WEITERSCHAN LEVY, com prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação de contestação, ficando o notificado ciente de que, não contestado o pedido no prazo legal, presumir-se-ão por ele aceito como verdadeiro os fatos articulados pela parte autora no Contrato de Promessa de Compra e Venda, nos termos do art. 344 do Código de Processo Civil. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, o presente edital será publicado no Jornal de Grande Circulação do Estado do Rio de Janeiro.

Pedro Leopoldo, 19 de abril de 2023.
Césio Rosa Pereira
Oficial do Registro de Imóveis de Pedro Leopoldo-MG

Economia

PRODUÇÃO RURAL

Exportadores terão crédito de US$ 1 bi

A partir de maio, os exportadores rurais terão acesso a uma linha de crédito em dólar para modernizar a produção. Com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os empréstimos terão juros fixos de 7,59% ao ano, mais a variação do câmbio.

Com US$ 1 bilhão disponíveis, a linha financiará a compra de equipamentos pelo setor agropecuário. Entre os itens que poderão ser financiados, estão máquinas agrícolas, sistemas de irrigação, silos, estruturas de armazenagem e sistemas de energia solar. Quem comete desmatamento ilegal não terá acesso à linha.

A criação da linha de crédito foi anunciada ontem pelo presidente em exercício, Geraldo Alckmin, e pelo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. Segundo Mercadante, haverá um lançamento oficial durante a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), que ocorre de 1º a 5 de maio em Ribeirão Preto (SP).

"Os exportadores da agricultura que têm recebíveis [valores a receber] em dólar vão poder operar essa linha para a compra de máquinas, equipamentos, tratores, colhedeiras, instrumentos para irrigação, armazenagem", explicou Mercadante. "A única coisa que não pode é ter desmatamento ilegal. Nós monitoramos as propriedades, e quem desmata ilegalmente não terá acesso à linha."

Segundo o vice-presidente da República e presidente em exercício, Geraldo Alckmin, a nova linha serve como uma opção de baixo risco para o agronegócio exportador. "Para aqueles que exportam agronegócio, a possibilidade de ter financiamento em dólar é muito mais barata. Tudo o que nós queremos é crédito mais barato para alavancar o crescimento, atrair investimento", disse Alckmin. Além do BNDES, poderão operar a linha de crédito instituições parceiras, como o Banco do Brasil, o principal fornecedor de crédito rural no país.

JUROS BAIXOS

A linha funcionará da seguinte forma. O exportador contrairá uma dívida em reais corrigida pelo dólar. No entanto, quem vende para o exterior tem recebíveis na moeda norte-americana, o que reduz o risco de exposição a mudanças no câmbio porque os valores a receber também são indexados a divisas estrangeiras.

Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB | CNPJ/MF nº 42.124.693/0001-74

Relatório do Gestor

1. Mensagem do Dirigente. Em 2022, a COMLURB através da Diretoria de Serviços Urbanos, atuou na limpeza e desinfecção dos principais hospitais municipais como forma de ajudar a evitar infecções hospitalares, além de conter qualquer evolução de infecções pelo Coronavírus (COVID-19). Ampliou a prestação de serviços, através de contratos com a SME, SMS e com o Rock in Rio para obtenção de receita. Além disso, ampliou a sua frota de caminhões para manejos arbóreos, sua frota de veículos para a revitalização e manutenção de praças e deu início aos estudos para renovação de sua frota de coleta seletiva. No exercício de 2023, a nova frota de veículos e equipamentos permitirá uma atuação na cidade de melhor qualidade e com o atendimento no menor prazo possível. Dando prosseguimento, o Programa Lixo Zero vem atuando na sensibilização do cidadão carioca, turistas brasileiros e estrangeiros, com a realização de ações de fiscalização para obtenção da melhoria no comportamento dos cidadãos com foco na manutenção da limpeza urbana. Para o ano de 2023 a Coordenadoria de Fiscalização, responsável por tal Projeto, pretende aumentar suas ações utilizando-se de atuação de forma efetiva. Em Gestão de Pessoas, a Cia. tem aprimorado os Programas Vivência Profissional, Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz, com contratação gradativa de quase mil jovens, sendo um dos maiores programas para esse público, no Brasil. Na área de Sustentabilidade Ambiental, a Cia. continuará buscando a implantação e o aperfeiçoamento de projetos de valorização dos resíduos sólidos urbanos, visando fortalecer a imagem da cidade como referência nacional no manejo dos resíduos sólidos urbanos. Entre as ações estratégicas estão a requalificação das instalações físicas da Planta de Biometanização, em especial o pátio de compostagem que contribuirá para o aumento da produção de composto orgânico a ser utilizado em horticultura em geral e, em particular, nas hortas comunitárias e projetos de reflorestamento da Prefeitura. Além disso, haverá manutenção e atualização dos equipamentos da unidade de biometanização, almejando regularizar a produção de biogás que será destinado à geração de energia elétrica. Outro programa que merece ser destacado refere-se à implantação das ações previstas no Acordo de Parceria celebrado entre as cidades do Rio de Janeiro e Colônia (Alemanha), que possui o objetivo de introduzir conceitos da economia circular para alimentos e resíduos orgânicos no âmbito do Município do Rio de Janeiro. Na área de destinação final, pretende-se implantar aterro para recebimento de resíduos da construção civil (RCC), dotando o Município de uma alternativa para disposição final de RCC coletados em pequenos e médios geradores. Ademais, deverá ser iniciado o funcionamento de planta de valorização energética do biogás residual do Aterro Metropolitano de Gramacho. Para 2023 a Diretoria de Limpeza Urbana dará prioridade na intensificação nas ações operacionais de Limpeza Urbana, com foco no cidadão e na otimização dos recursos, com aumento da frequência e qualidade dos serviços prestados nas principais vias da cidade, áreas de lazer, ciclovias, parques, orla, Lagoa Rodrigo de Freiras, Aterro do Flamengo e Pontos Turísticos. Contaremos com a utilização de nova frota de equipamentos para aumento da coleta de lixo das Comunidades, através da locação de motos triciclos e aumento no recolhimento de resíduos sólidos urbanos nas vias de difícil acesso para caminhões convencionais. Será dada continuidade à recuperação dos Ecopontos existentes e construção de novos. Ressalta-se, por fim, que todos os investimentos e projetos serão realizados de acordo com a disponibilidade orçamentária da Cia. para o exercício de 2023.

Balanço Patrimonial - Exercício 2022

	12/2022	12/2021
Ativo	**572.119.735,67**	**419.246.499,70**
Ativo Circulante	**470.432.709,48**	**311.920.714,53**
Caixa e Equivalente de Caixa	116.847.641,20	47.751.073,95
Créditos a Curto Prazo	60.828.031,78	258.216.276,31
Demais créditos e valores a curto prazo	279.756.145,17	-
Estoques	13.000.891,33	5.953.364,27
Ativo Não Circulante	**101.687.026,19**	**107.325.785,17**
Realizável a Longo Prazo	60.799.939,03	68.695.580,85
Investimentos	18.634.931,39	359.931,39
Imobilizado	22.252.155,77	38.266.063,12
Intangível	-	4.209,81
Passivo e Patrimônio Líquido	**572.119.735,67**	**419.246.499,70**
Passivo Circulante	**791.370.336,98**	**518.947.116,46**
Obngações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	205.214.307,31	184.882.635,77
Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo	162.141.513,02	125.234.179,57
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	7.558.534,90	4.013.694,91
Provisões a Curto Prazo	301.735.673,42	146.897.060,26
Demais Obrigações a Curto Prazo	114.720.308,33	57.919.545,95
Passivo Não Circulante	**247.766.127,94**	**226.668.618,60**
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	60.357.827,03	68.544.954,14
Fornecedores e Contas a pagar a Longo Prazo	76.096.478,76	87.033.521,12
Provisões a Longo Prazo	85.017.003,32	70.593.465,61
Demais Obrigações a Longo Prazo	408.834,16	496.677,73
Resultado Diferido	25.885.984,67	-
Patrimônio Líquido	**(467.016.729,25)**	**(326.369.235,36)**
Patrimônio Social e Capital Social	46.171.623,81	46.171.623,81
Ajuste de Avaliação Patrimonial	23.606.414,97	23.810.375,01
Resultados Acumulados	(536.794.768,03)	(396.351.234,18)

Demonstração do Resultado - Exercício 2022

Especificação	12/2022	12/2021
Receita Bruta	**2,390.451.027,87**	**2.001.214.008,13**
Receita Econômica com Exploração de Bens e Serviços	257.657.981,15	147.386.277,23
Subvenções	2.132.793.046,72	1.853.827.730,90
Deduções da Receita Bruta	**(27.802.032,99)**	**(15.497.182,25)**
Impostos e Contribuições	(27.802.032,99)	(15.497.182,25)
Receita Líquida de Vendas e Serviços	**2.362.648.994,88**	**1.985.716.825,88**
Custos dos Bens e Serviços Vendidos	**(1.996.459.088,57)**	**(1.772.917.209,27)**
Lucro / (Prejuízo) Bruto	**366.189.906,31**	**212.799.616,61**
Despesas Administrativas e Tributárias	**(289.990.223,78)**	**(218.374.947,29)**
Pessoal e Encargos	(202.256.599,67)	(153.498.434,43)
Uso de Material de Consumo	(8.060.668,86)	(4.423.030,69)
Contratação de Serviços	(78.549.716,11)	(59.595.725,82)
Tributárias	(1.123.239,14)	(857.756,35)
Resultado Financeiro Líquido	**(3.369.503,69)**	**(1.309.164,69)**
Receitas Financeiras	9.854.653,10	2.094.910,77
Despesas Financeiras	(13.224.156,79)	(3.404.075,46)
Resultado com Avaliação Patrimonial	**36.983.864,46**	**13.599.050,13**
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.716.987,62)	(1.616.460,77)
Desvalorização e Perda de Ativos	(14.792.907,24)	(1.898.751,88)
Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas	53.493.759,32	17.114.262,78
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**(252.597.693,13)**	**(10.881.572,16)**
Outras Receitas Operacionais	15.877.987,92	11.418.723,89
Outras Despesas Operacionais	(268.475.681,05)	(22.300.296,05)
Resultado Operacional	**(142.783.649,83)**	**(4,167.017,40)**
Lucro / (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(142.783.649,83)**	**(4.167.017,40)**
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Período	**(142.783.649,83)**	**(4.167.017,40)**
Quantidade de Ações	46.171.624	46.171.624
Lucro / (Prejuízo) por Ação - R$	**(3,0925)**	**(0,0903)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício 2022

	Patrimônio Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldos Iniciais do exercício anterior	46.171.623,81	-	-	24.014.335,05	-	-	(451.458.591,49)	-	**(381.272.632,63)**
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	59.070.414,67	-	**59.070.414,67**
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(4.167.017,40)	-	**(4.167.017,40)**
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(203.960,04)	-	-	203.960,04	-	-
Saldos finais do exercício anterior/ Saldos iniciais do exercício atual	**46.171.623,81**	-	-	**23.810.375,01**	-	-	**(396.351.234,18)**	-	**(326.369.235,36)**
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	2.136.155,94	-	**2.136.155,94**
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(142.783.649,83)	-	**(142.783.649,83)**
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(203.960,04)	-	-	203.960,04	-	-
Saídos finais do exercício atual	46.171.623,81	-	-	23.606.414,97	-	-	(536.794.768,03)	-	**(467.016.729,25)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2022

1. Contexto Operacional. A Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB é uma empresa, pessoa jurídica de direito privado, tendo a sua sede administrativa situada na Rua Major Ávila, nº 358 – Tijuca, nesta cidade. Foi criada pelo Decreto-Lei nº 102 de 15/05/1975, vinculada à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, conforme Decreto Rio nº 48.340 de 01/01/2021. A sua missão institucional é a exploração dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana do Município do Rio de Janeiro, atuando fundamentalmente na descentralização administrativa dos serviços prestados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro à população carioca. A empresa recebe, regularmente, recursos financeiros para cumprir os compromissos assumidos na execução das atividades fins da entidade, provenientes das dotações orçamentárias do Orçamento Anual da PCRJ, se configurando como uma empresa estatal dependente, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis.** As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as orientações estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações; pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª ed., aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18/12/2018 e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018), que consolida os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e define normas contábeis aplicáveis ao Setor Público; Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's), emitidas pela STN; Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições legais complementares vigentes. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações inseridas no Sistema Corporativo de Contabilidade e Execução Orçamentária (FINCON) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pela entidade, sendo de responsabilidade destes gestores as operações realizadas e registradas, bem como a ratificação das informações contidas na conferência das demonstrações. As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil. **3. Principais Práticas Contábeis Adotadas.** Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes: **3.1. Receitas.** Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade. Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº. 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa. **3.2. Despesas.** Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária. Pelo enfoque orçamentário, de acordo com o art. 35 da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício. **3.3. Restos a Pagar.** Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro. **3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa.** As aplicações financeiras e demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimonial. Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos próprios, recursos do Tesouro Municipal e recursos vinculados. **3.5. Créditos a Curto Prazo.** Destacam-se os valores relativos aos créditos orçamentários a receber da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para pagamento de custeio/investimento, reconhecidos simultaneamente as obrigações no Passivo da entidade. Os valores a receber por serviços prestados são reconhecidos como créditos a receber pelo valor original, sendo os com riscos de recebimentos, reconhecidos em contas de ajustes para perdas. **3.6. Estoques.** Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes. **3.7. Investimentos.** Os investimentos referem-se às participações societárias em empresas cotadas em Bolsa e em empresas controladas pelo Município do Rio de Janeiro. Além disso, as propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda para a entidade. **3.8. Imobilizado.** Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou produção, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes. São atualizados por ajustes de depreciação, amortização, e ajuste de avaliação patrimonial considerando as taxas divulgadas na Nota 4.3.6. A conta Ajustes de Av. Patrimonial representa a avaliação de mercado decorrente da permuta realizada entre a COMLURB e a Prefeitura do Rio de Janeiro, através do processo 04/550.682/2017, considerando esse valor no Patrimônio Líquido/Ajustes de Avaliação Patrimonial. **3.9. Intangível.** O reconhecimento inicial dos ativos intangíveis é efetuado pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a sua finalidade, seguindo no que couber o disposto na Resolução CGM nº 1.642/2020 que dispõe sobre normas para o registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes. **3.10. Reconhecimento de Passivos.** Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência. As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela área jurídica da entidade de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas e/ou cíveis e/ou fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **4. Informações Complementares. 4.1. Balanço Orçamentário.** Detalhamento das Despesas por Tipo de Crédito:

Dotação Inicial R$	Créditos Suplementares Abertos R$	Cancelamentos R$	Dotação Atualizada R$
2.364.894.567,00	461.697.986,86	(386.351.512,89)	2.440.241.040,97

Detalhamento da Execução da Receita e Despesa por Fonte: As receitas geradoras de recursos financeiros da entidade constituem-se fundamentalmente pelas subvenções recebidas através das dotações orçamentárias da Prefeitura e pelas prestações de serviços de limpeza, remoção e destinação final de resíduos, tendo a seguinte composição em 31/12/2022:

Detalhamento	Fonte de Recursos	31/12/2022 R$	%	31/12/2021 R$	%
Faturamento Serviços	Própria	231.093.321,28	82,56	136.643.703,68	68,61
Aplicações Financeiras	Própria	9.173.406,73	3,28	807.326,54	0,41
Receita Patrimonial	Própria	36.408.908,45	13,01	978.902,93	0,49
Restituições Judiciais Cíveis	Própria	-	-	56.981.597,27	28,61
Outras Receitas	Própria	3.227.779,08	1,15	3.735.455,18	1,88
Total		279.903.415,54	100	199.146.985,60	100

As principais despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2022, de acordo com a sua fonte de custeio foram:

Detalhamento	Fonte de Recursos	Valor Empenhado R$	%	Valor Liquidado R$	%	Valor Pago R$	%
Pessoal e Encargos	Tesouro Municipal	1.203.638.532,05	51,02	1.203.638.532,05	52,59	1.096.992.840,20	51,76
Pessoal e Encargos	Própria	20.112.743,70	0,85	20.112.743,70	0,88	18.173.446,39	0,86
Alimentação/Transporte/Saúde	Tesouro Municipal	291.488.217,85	12,36	286.045.162,28	12,50	276.668.594,77	13,05
Aluguéis de Equipamentos/Coleta	Tesouro Municipal	89.445.274,14	3,79	88.971.696,02	3,89	78.980.226,37	3,73
Aluguéis de Equipamentos/Coleta	Royalties	185.125.163,51	7,85	185.125.150,51	8,09	164.122.763,57	7,74
Aluguéis de Equipamentos/Coleta	Própria	33.252.423,65	1,41	33.112.921,08	1,45	29.254.777,26	1,38
Serviços de Aterro	Tesouro Municipal	113.786.582,14	4,82	90.726.726,02	3,96	90.289.854,15	4,26
Serviços de Aterro	Royalties	155.567.011,05	6,59	145.957.480,90	6,38	142.799.296,93	6,74
Serviços de Aterro	Própria	83.319.744,89	3,53	56.458.285,21	2,47	56.458.285,21	2,66
Judicial/Cível	Tesouro Municipal	15.616.485,96	0,66	15.616.485,96	0,68	15.481.052,05	0,73
Judicial/Cível	Própria	27.597.999,15	1,17	27.597.999,15	1,21	25.402.351,75	1,20
Tributárias	Própria	21.869.064,97	0,93	19.739.013,07	0,86	19.679.434,77	0,93
Outras	Tesouro Municipal	81.070.770,35	3,44	78.430.862,34	3,43	69.851.693,89	3,30
Outras	Própria	37.049.223,08	1,58	37.036.697,32	1,61	35.240.483,98	1,66
Total		2.358.939.236,49	100	2.288.569.755,61	100	2.119.395.101,29	100

4.2. Balanço Financeiro. 4.2.1. Transferências Financeiras Recebidas. Os valores das Transferências Recebidas para a execução orçamentária são registrados no Balanço Financeiro na coluna ingressos, sendo provenientes da dependência financeira com o Tesouro Municipal, alcançando o valor de R$ 2.088.255.863,90 em 31/12/2022. **4.2.2. Restos a Pagar.** Os valores inscritos em Restos a Pagar em 31/12/2022 são demonstrados no Balanço Financeiro na coluna de ingressos, como recebimentos extraorçamentários, para fins de ajuste financeiro da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada, demonstrada na coluna de dispêndios. A composição por fonte de recursos dos valores inscritos no exercício está apresentada no quadro a seguir:

Detalhamento	Fonte de Recursos	RPN inscrito em 31/12/2022 R$	%	RPP inscrito em 31/12/2022 R$	%
Pessoal e Encargos	Tesouro Municipal	-	-,	106.645.691,85	63,04
Pessoal e Encargos	Própria	-	-	1.939.297,31	1,15
Alimentação/ Transporte/ Saúde	Tesouro Municipal	5.443.055,57	7,73	9.376.567,51	5,54
Aluguéis de Equipamentos/Coleta	Tesouro Municipal	473.578,12	0,67	9.991.469,65	5,91
Aluguéis de Equipamentos/Coleta	Royalties	13,00	-	21.002.386,94	12,41
Aluguéis de Equipamentos/Coleta	Própria	139.502,57	0,20	3.858.143,82	2,28
Serviços de Aterro	Tesouro Municipal	23.059.856,12	32,77	436.871,87	0,26
Serviços de Aterro	Royalties	9.609.530,15	13,66	3.158.183,97	1,87
Serviços de Aterro	Própria	26.861.459,68	38,17	-	0,00
Judicial/Cível	Tesouro Municipal	-	-	135.433,91	0,08
Judicial/Cível	Própria	-	-	2.195.647,40	1,30
Tributárias	Própria	2.130.051,90	3,03	59.578,30	0,04
Outras	Tesouro Municipal	2.639.908,01	3,75	8.579.168,45	5,07
Outras	Própria	12.525,76	0,02	1.796.213,34	1,05
Total		70.369.480,88	100	169.174.654,32	100

4.3. Balanço Patrimonial. Neste capítulo são apresentados os detalhamentos dos principais grupos desta Demonstração.

4.3.1. Créditos a Curto Prazo. Compreende os valores a receber por fornecimento de serviços realizáveis até 31/12/2023, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2022 R$	31/12/2021 R$
Prestação de Serviços - Intra	55.849.901,27	30.150.128,22
Prestação de Serviços - Terceiros	10.890.833,22	9.992.358,55
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(5.912.702,71)	(4.224.651,57)
Total	60.828.031,78	35.917.835,20

No exercício de 2021 foram apresentados valores referentes as rubricas classificadas no PCASP no grupo 113 - Demais Créditos a Curto Prazo. Em 2022 passaram a ser demonstrados em linha específica, conforme definição constante do MCASP 9ª ed. **4.3.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.** Os saldos registrados neste grupo referem-se aos demais créditos não recebidos até 31/12/2022, com expectativa de recebimento até 31/12/2023, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2022 R$	31/12/2021 R$
Adiantamentos Concedidos	2.962.739,50	2.986.430,74
Tributos a Compensar	9.553.742,51	6.162.703,92
Créditos Decorrentes de Pagamento sem Respaldo Orçamentário	7.037.731,45	-
Depósitos e Cauções	-	654.129,97
Depósitos Judiciais - Ações Trabalhistas	11.746.810,37	10.861.059,71
Depósitos Judiciais - Ações Cíveis	8.573.843,60	8.573.843,60
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	76.756,84	74.163,18
Subvenções a Receber - Intra	233.300.889,50	188.412.951,93
Créditos de Transferências a Receber - Convênios Intra	4.549.827,42	3.506.058,91
Outros Créditos e Valores a Receber - Terceiros	5.281.007,88	11.596.731,82
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos a Curto Prazo	(3.327.203,90)	(10.529.632,67)
Total	279.756.145,17	222.298.441,11

No exercício de 2021, o valor de R$ 222.298.441,11 referente a "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo", está apresentado na linha Créditos a Curto Prazo. Em 2022 os valores correspondentes a essa rubrica, passaram a ser apresentados em linha específica, conforme definição constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª edição. **4.3.3. Estoques.** Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades. Os bens que compõem este grupo apresentam-se da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2022 R$	31/12/2021 R$
Produtos e Serviços em Elaboração	17.248,00	5.847,00
Matérias-primas	2.479.712,33	911.998,95
Materiais em Trânsito	-	178.558,10
Almoxarifado	10.503.931,00	4.856.960,22
Total	13.000.891,33	5.953.364,27

4.3.4. Realizável a Longo Prazo. Compreende exclusivamente os valores de subvenções a receber com vencimento no longo prazo, ou seja, com expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2022 R$	31/12/2021 R$
Subvenções a Receber	60.799.939,03	68.695.580,85
Total	60.799.939,03	68.695.580,85

O valor apresentado em "Subvenções Permanentes" refere-se ao saldo de créditos pelo parcelamento dos restos a pagar de 2020 em 10 (dez) parcelas anuais, na ordem de 8/10 avos do parcelamento. **4.3.5. Investimentos.** Os investimentos referem-se às participações societárias em empresas privadas, avaliadas pelo método do custo de aquisição em função da pouca relevância dos valores, cotadas em Bolsa, no valor de R$ 350.672,27 em 2022 e 2021, e Participações em Empresas Controladas pelo Município do Rio de Janeiro, no valor de R$ 9.259,12 em 2022 e 2021. Os bens que compõem as propriedades para investimento são avaliados pelo método do custo e estão detalhados da seguinte forma:

Detalhamento	Saldo final em 31/12/2021 R$	Adições R$	(-) Baixas R$	Reclassificações R$	Saldo em 31/12/2022 R$
Terrenos	-	-	-	1.805.744,87	1.805.744,87
Avaliação Patrimonial de Ativos - Terrenos	-	-	-	16.469.255,13	16.469.255,13
Total	-	-	-	18.275.000,00	18.275.000,00

4.3.6. Imobilizado. Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, conforme quadro demonstrativo.

Bens Móveis

Detalhamento	Taxa Anual Deprec.%	Custo de aquisição em 31/12/2022 R$	Depreciação em 31/12/2022 R$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022 R$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2021 R$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10%	6.377.321,05	(3.924.172,95)	2.453.148,10	975.872,29
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	8.116.163,87	(5.274.698,14)	2.841.465,73	1.457.349,88
Mobiliário em Geral	10%	5.375.697,03	(4.792.982,50)	582.714,53	616.493,57
Veículos	20%	7.806.704,14	(7.785.558,42)	21.145,72	28.998,47
Total Bens Móveis		27.675.886,09	(21.777.412,01)	5.898.474,08	3.078.714,21

Bens Imóveis - Custo de Aquisição

Detalhamento	Taxa Anual Deprec%	Custo de aquisição em 31/12/2022 R$	Depreciação em 31/12/2022 R$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022 R$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2021 R$
Terrenos	-	3.238.209,94	-	3.238.209,94	5.043.954,81
Edificações	4	47.119.838,99	(41.141.527,08)	5.978.311,91	6.333.019,09
Instalações	10	291.405,17	(291.405,17)	-	-
Total Bens Imóveis		50.649.454,10	(41.432.932,25)	9.216.521,85	11.376.973,90

Detalhamento	Taxa Anual Deprec%	Valor Justo em 31/12/2022 R$	Depreciação em 31/12/2022 R$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2022 R$	Valor Líquido Contábil em 31/12/2021 R$
Ajuste de Av. Patrimonial - Edificações	4	5.099.000,00	(815.840,16)	4.283.159,84	4.487.119,88
Ajuste de Av. Patrimonial - Terrenos	-	2.854.000,00	-	2.854.000,00	19.323.255,13
Total Ajuste Patrimonial		7.953.000,00	(815.840,16)	7.137.159,84	23.810.375,01
Imobilizado Total		86.278.340,19	(64.026.184,42)	22.252.155,77	38.266.063,12

4.3.7. Intangível. Os valores do ativo intangível referem-se exclusivamente a softwares no valor líquido de R$ 4.209,81 em 31/12/2021 e R$ 0,00 em 31/12/2022. **4.3.8. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.** Compreende as obrigações referentes a salários ou remuneração, bem como benefícios aos quais o empregado tenha direito, encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive indenizações e rescisões trabalhistas, com vencimento no curto prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo 31/12/2022 R$	Curto Prazo 31/12/2021 R$	Longo Prazo 31/12/2022 R$	Longo Prazo 31/12/2021 R$
Pessoal a Pagar	118.858.652,50	109.956.114,85	-	-
Sentenças Judiciais - Pessoal	8.534.997,07	6.373.834,58	-	-
Encargos Sociais	64.440.310,26	56.166.265,93	-	-
Encargos Sociais - Parcelado	13.380.347,48	12.386.420,41	60.357.827,03	68.544.954,14
Total	205.214.307,31	184.882.635,77	60.357.827,03	68.544.954,14

4.3.9. Fornecedores e Contas a Pagar. Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da prestação de serviços e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo 31/12/2022 R$	Curto Prazo 31/12/2021 R$	Longo Prazo 31/12/2022 R$	Longo Prazo 31/12/2021 R$
Fornecedores e Contas a Pagar - Intra	116.824,24	10.035,17	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar - Terceiros	145.036.506,54	115.553.753,15	-	-
Renegociação de Dívidas com Fornecedores	7.148.606,49	-	-	-
Contas a Pagar - Parcelamento	9.839.575,75	9.670.391,25	76.096.478,76	87.033.521,12
Total	162.141.513,02	125.234.179,57	76.096.478,76	87.033.521,12

Foi realizado o parcelamento das obrigações inscritas em Restos a Pagar até 31/12/2020, estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Municipal nº 235 de 3/11/2021, regulamentada pelo Decreto RIO nº 49831 de 26/11/2021 e Resolução Conjunta SMFP/PGM/CGM nº 18 de 13/12/2021. O parcelamento dessas obrigações está refletido na conta "Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais", tendo o montante sido reclassificado do Passivo Financeiro para o Passivo Permanente e considerado como Dívida Consolidada, sendo o valor de R$ 9.839.575,75 amortizável até 31/12/2023 e R$ 76.096.478,76 amortizável após encerramento do exercício seguinte. Ficaram pendentes os fornecedores com ações judiciais no valor de R$ 7.148.606,49, que deveriam receber em 2022, registrados em conta específica. **4.3.10. Obrigações Fiscais.** Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo 31/12/2022 R$	Curto Prazo 31/12/2021 R$	Longo Prazo 31/12/2022 R$	Longo Prazo 31/12/2021 R$
Obrigações Fiscais - União	1.843.006,50	2.155.859,19	-	-
Obrigações Fiscais - Intra	5.715.528,40	1.857.835,72	-	-
Total	7.558.534,90	4.013.694,91	-	-

O aumento das Obrigações Fiscais – Intra, em relação ao ano anterior, deve-se pelo não recebimento dos valores faturados. **4.3.11. Provisões.** Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, referentes às ações judiciais trabalhistas e cíveis, que representam obrigações correntes provenientes de eventos já ocorridos, e apresentam possibilidade de perdas, consideradas como provável de desembolsos de recursos, registrados com base nas informações prestadas pela Assessoria Jurídica, sendo apresentadas da seguinte forma:

Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB | CNPJ/MF nº 42.124.693/0001-74

Detalhamento	Curto Prazo 31/12/2022 R$	Curto Prazo 31/12/2021 R$	Longo Prazo 31/12/2022 R$	Longo Prazo 31/12/2021 R$
Riscos Trabalhistas	104.630.132,08	21.245.450,26	49.247.797,41	57.513.328,34
Riscos Cíveis	197.105.541,34	125.651.610,00	35.769.205,91	13.080.137,27
Total	301.735.673,42	146.897.060,26	85.017.003,32	70.593.465,61

O aumento das ações judiciais trabalhistas tem como fato relevante processos relacionados ao PCCS/2017 – Plano de Carreiras, Cargos e Salários. Já o aumento das ações judiciais cíveis se dá pelos reajustes não aplicados aos contratos com fornecedores. **4.3.12. Demais Obrigações.** Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo 31/12/2022 R$	Curto Prazo 31/12/2021 R$	Longo Prazo 31/12/2022 R$	Longo Prazo 31/12/2021 R$
Adiantamentos de Clientes - Intra	560.816,57	392.744,62	-	-
Consignações sobre Folha de Pagamento - Terceiros	30.745.224,06	24.828.172,76	-	
Retenções Diversas - Intra	2.785.364,06	1.809.228,32	-	-
Retenções Diversas - Terceiros	5.187.111,75	4.314.889,12	-	-
Depósitos e Cauções	865.477,99	654.129,97	-	-
Dívidas Parcela das - Pasquale Mauro	15.221.105,98	6.941.531,91	-	-
Dívidas Parcela- das - Ciclus	30.608.174,88	15.407.723,79	-	-
Dívidas Parceladas - Outros	2.237.249,72	137.022,77	408.834,16	496.677,73
Dívidas Parceladas - Delta Construções	19.240.698,79	-	-	-
Receita a Apropriar - Terceiros	7.059.814,02	3.336.026,65	25.885.984,67	-
Outras Obrigações - Terceiros	209.270,51	98.076,04	-	-
Total	114.720.308,33	57.919.545,95	26.294.818,83	496.677,73

Os valores relativos à receita a apropriar referente ao período de janeiro a dezembro de 2023, referem-se ao montante ainda não apropriado em receita (referente a curto prazo), dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta. As parcelas a partir de janeiro 2024 serão reconhecidas no resultado em seus períodos de competência futura, estando o valor evidenciado no "Resultado Diferido". **4.3.13. Resultado Diferido**. Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. O saldo dessa conta está formado basicamente pelo montante ainda não apropriado em receita, dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta, que serão reconhecidos no resultado em seus períodos de competência futura. Os valores referentes a curto prazo, encontram-se no grupo Demais Obrigações – Receita a Apropriar.

Detalhamento	Objeto do Termo de Contrato	Parte contratada	Prazo total remanescente (meses)	Longo Prazo 31/12/2022 R$	Longo Prazo 31/12/2021 R$
Contrato nº 104/2022 - SMFP	Prestação dos Serviços de Pagamento dos Funcionários	Banco Santander do Brasil S/A	44	25.885.984,67	-
Total				25.885.984,67	-

4.3.14. Patrimônio Líquido. Capital Social. O Capital Social é de R$ 46.171.623,81, representado por 46.171.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizado pelo Sócio Controlador - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, empresas controladas pelo Município do Rio de Janeiro e Terceiros. Os principais sócios e acionistas, suas respectivas participações, constando números de ações, respectivas espécies, classes e quantidade, assim como o valor total integralizado no encerramento do exercício corrente e anterior estão demonstradas na tabela a seguir:

Sócios/ Acionistas	Posição em 31/12/2022 Ações Ordinárias Qtde	%	Ações Integralizadas Qtde	Capital Social Integralizado R$	31/12/2021 Ações Integralizadas Qtde	Capital Social Integralizado R$
Prefeitura da Cidade do RJ	46.171.314	100	46.171.314	46.171.314,81	46.171.314	46.171.314,81
Outros	309,00	0	309	309,00	309	309,00
Total	46.171.623	100	46.171.623	46.171.623,81	46.171.623	46.171.623,81

O detalhamento do Resultado do Exercício e Acumulado está apresentado no quadro a seguir:

Detalhamento	31/12/2022 R$	31/12/2021 R$
Resultado do Exercício	(142.783.649,83)	(4.167.017,40)
Resultado de Exercícios Anteriores	(396.147.274,14)	(451.254.631,45)
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.136.155,94	59.070.414,67
Total	(536.794.768,03)	(396.351.234,18)

O Resultado do Exercício foi fortemente impactado pelo aumento de provisões trabalhistas e cíveis quando comparado com o exercício anterior. Foram realizados os seguintes ajustes de exercícios anteriores, tendo sido provocados por retificação de erros de registros feitos em exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2021	Detalhamento do Ajuste – Fato	R$	Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2022
Ativo Circulante	-	Retificação em Depósitos Judiciais - Ações Trabalhistas, por não ter ocorrido as baixas em exercícios anteriores.	688.392,53	-
	-	Retificação em Subvenções a Receber Processadas, por duplicidade na emissão de Notas de Repasse.	(12.947,55)	-
	-	Retificação em Subvenções a Receber Não Processadas, por cancelamentos de restos a pagar não processados, de acordo com a LC Municipal nº 235/2021	1.459.327,10	-
	-	Retificação em Subvenções a Receber Permanentes, por ajustes nas Despesas Incorridas e não inscritas em Restos a Pagar de exercícios anteriores.	(8.991.266,62)	(6.856.494,54)
Ativo Não Circulante	-	Retificação em Bens Móveis e Depreciações Acumuladas, por ajustes nas despesas incorridas em exercícios anteriores	1.981,25	-
Passivo Circulante	-	Retificação de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais por ajustes nos saldos de exercício anterior.	8.991.266,62	-
	-	Retificação de Obrigações Fiscais.	(597,39)	8.990.669,23
Efeito líquido	-		2.136.155,94	-

4.4. Demonstração das Variações Patrimoniais. Nas Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA, temos como fatos relevantes o aumento com a exploração de serviços, com rendimentos financeiros e com reversões para riscos trabalhistas e cíveis. Nas Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, temos como fatos relevantes as provisões para riscos trabalhistas e cíveis e as indenizações e restituições diversas. **4.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa**. O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias, incluindo as aplicações financeiras de alta liquidez. Integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2022 os valores extraorçamentários que estão vinculados a finalidade específica, inclusive com a possível obrigação de devolução, como as cauções recebidas, no valor de R$ 865.477,99. Estão contemplados na linha "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, os valores apreendidos por decisão judicial, no valor de R$ 6.166.261,93, em 2022 (R$ 14.018.246,38, em 2021), e os pagamentos sem respaldo orçamentário. Em atenção a Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 08, Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, editada pela STN em janeiro/2020 e ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (9ª ed.) editado pela Portaria STN Nº 1.131, de 04/11/2021- partes Geral, II, III, IV e V, fez-se necessário a reclassificação do Exercício Anterior. **4.6. Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido**. O patrimônio líquido da entidade variou negativamente em 43,09%, resultando no valor de -R$ 467.016.729,25 ao final de 2022 (-R$ 326.369.235,36 em 2021). Os ajustes de exercícios anteriores, fruto de retificação de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, reduziram/aumentaram o patrimônio líquido em R$ 2.136.155,94, conforme evidenciado na Nota 4.3.14. **5. Outras Informações**. Contingências. São apresentadas no quadro a seguir as contingências não registradas em contas patrimoniais:

Detalhamento	31/12/2022 R$
Contingências Passivas	
Riscos Trabalhistas	95.548.751,19
Riscos de Ações Cíveis	63.699.674,00
Total	159.248.425,19

Garantias e Contragarantias Recebidas/Concedidas. As garantias prestadas por terceiros por conta de obrigações regulares, eventuais ou contingentes estão demonstradas no quadro a seguir:

Detalhamento	31/12/2022 R$
Garantias e Contragarantias Recebidas	
Fianças	3.460.103,70
Seguros-garantia	46.481.925,84
Total	49.942.029,54

Conciliação do Superávit/ Déficit Financeiro. No quadro seguinte é apresentada a conciliação entre os valores evidenciados nos quadros do Balanço Patrimonial que servem de auxílio para apuração do superávit ou déficit financeiro do exercício.

Balanço Patrimonial - Conciliação	31/12/2022 R$
Ativo Financeiro	315.893.149,63
Passivo Financeiro	236.799.427,21
Superávit/Déficit Financeiro	79.093.722,42
Demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Bal. Patrimonial	75.266.794,41
Saldo de RPP 2020 a cancelar	7.131,00
Saldo de RPN 2022 a cancelar	3.484.348,17
RPP inscrito, pago financeiramente em 2022, que será pago orçament. em 2023	288.496,97
RPN 2022 a liquidar (despesa bancária já paga financeiramente)	46.951,87
Superávit/ Déficit Financeiro	79.093.722,42

Conciliação da Receita Bruta. Apresentada a seguir a conciliação a partir do resultado operacional evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício para chegar à receita tributária para finalidades fiscais em conformidade com o previsto na NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Detalhamento	31/12/2022 R$	31/12/2021 R$
Receita da Venda de Bens e Serviços	257.657.981,15	147.386.277,23
Subvenções PCRJ	2.132.793.046,72	1.853.827.730,90
Transferências do Tesouro - Convênios	9.975.222,46	8.893.701,24
Receita Financeira	9.854.653,10	2.094.910,77
Reversão de Provisões e Ajuste de perdas	53.493.759,32	17.114.262,78
Outras Receitas Operacionais	6.023.334,82	2.525.022,65
Receita Total	2.469.797.997,57	2.031.841.905,57
(-) Reversão de Provisões e Ajuste de perdas	(53.493.759,32)	(17.114.262,78)
(-) Dividendos Recebidos	(21.289,65)	(18.106,49)
Receita Tributável	2.416.282.948,60	2.014.709.536,30
	15.998.557,28	11.418.723,89

6. Partes Relacionadas. Os relacionamentos com partes relacionadas realizados pela COMLURB referem-se: - ao acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na relação orçamentária, que corresponde a principal fonte de receitas para custeio das atividades; - ao acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pelo pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre a Folha de Pagamento e dos impostos diretos, Imposto sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU; - ao acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pelos contratos comerciais celebrados pela empresa com órgãos da Prefeitura ou outras entidades da Administração Indireta que são subsidiadas com recursos do Tesouro para a manutenção dos serviços contratados, tais como: - a Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A-Imprensa da Cidade-IC, pelos serviços de publicações oficiais no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e por serviços gráficos de confecção de cartões de visita, entre outros; - as Secretarias Municipais de Educação e Saúde – SME e SMS, pela prestação dos seguintes serviços: Escola Limpa, Manejo em Árvores, Capina e Roçada e Preparo de Alimentos, Limpeza e Higiene Hospitalar.

Flávio Augusto da Silva Lopes - Diretor Presidente
Pedro de Vasconcelos Torres Dantas - Diretor de Administração e Finanças
Roberto Luiz de Melo Galdino - Contador - CRC-RJ 064.542/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou Relatório de Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, as Demonstrações das Variações Patrimoniais, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como as informações da CGM-Rio expressas pelo Relatório da Auditoria Geral - RAG nº 020/2023, relativos ao exercício social findo em 31/12/2022. Com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, ressalvados os fatos apontados pela Auditoria Geral e por este Conselho, registrados em Atas, opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos a serem submetidos à discussão e votação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2023. Bernadethe Ferreira do Nascimento - Presidente. Josias de Souza Gomes - Conselheiro. Marcelo Raposo Ladeira - Conselheiro.

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB, cumprindo o disposto no item V do art. 142 da Lei Nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 9457, de 05 de maio de 1997, consubstanciado no parecer do Conselho Fiscal emitido em 17 de abril de 2023, considerou que as peças examinadas referentes às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022 se encontram em condições de serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária para exame, votação e aprovação, e acolhe, por unanimidade, o referido Parecer do Conselho Fiscal, com as observações e condicionantes registradas em Atas dos Conselhos (COF e CAD), inclusive as atas referentes ao exercício de 2023, bem como ressalvados os fatos e as fragilidades apontados no Relatório de Auditória Geral nº. 020/2023, emitido pela Controladoria Geral do Município. Com base nos exames realizados, no que se refere as contingências trabalhistas e cíveis, que aumentaram 95% e 68%, respectivamente, de 2021 para 2022, o Conselho de Administração reitera a recomendação da Controladoria, quanto à importância do acompanhamento e registro das contingências passivas, a fim de minimizar eventuais danos e analisar a tendência para os anos seguintes. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2023. **Rodrigo Henrique Luiz Corrêa -** Presidente. **Flávio Augusto da Silva Lopes -** Vice-Presidente. **Katarine Câmara M. Vidal Novaes, Gustavo Corrêa Affonso Puppi, Iolando Moraes dos Santos, Cláudia Saavedra Baptista de Paula, Patrick Corrêa -** Membros.

Rio de Janeiro

OUTONO: Sol e algumas nuvens à tarde. À noite, pancadas de chuva. Manhã Tarde Noite 31º 20º 85% 06:08 17:30

SUPERMERCADOS

Justiça revoga prisão de suspeitas de tentar roubar ovos de Páscoa

A Justiça revogou as prisões de três mulheres acusadas de tentativa de furto de 56 ovos de Páscoa em um supermercado na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro, no início de abril.

Elas protagonizaram uma briga com seguranças da loja após serem flagradas. Além dos chocolates, as mulheres tentaram furtar três pares de chinelo.

Em decisão da semana passada, o juiz Daniel Werneck Cotta, da 33ª Vara Criminal do Rio, aceitou denúncia proposta pelo Ministério Público contra as três. Na mesma decisão, o juiz revogou a prisão preventiva das acusadas. A prisão foi substituída por medidas cautelares.

As mulheres terão de comparecer bimestralmente em juízo e não poderão sair da cidade por período superior a cinco dias sem autorização prévia.

Junto com três adolescentes, elas tentaram sair do mercado com os ovos de Páscoa escondidos em sacolas de compra. Foram impedidas por seguranças, iniciando uma confusão que foi filmada por outros clientes.

"O funcionário observou pelas câmeras quando seis mulheres colocaram ovos de Páscoa em sacolas de supermercado e saíram do supermercado sem efetuar devido o pagamento pelas mercadorias", diz a ata da audiência de custódia.

Caso concretizado, o furto provocaria um prejuízo de R$ 3.476,10 ao supermercado.

Na ocasião, as menores de idade foram encaminhadas à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

BENEFÍCIOS

Operação prende 14 pessoas por fraude de R$ 8 milhões contra INSS

Uma operação prendeu 14 pessoas na manhã desta terça-feira no Rio de Janeiro. Elas são acusadas de participar de um esquema que causou uma fraude de R$ 8 milhões em benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Além dos detidos ontem de manhã, estão sendo cumpridos mais cinco mandados de prisão preventiva, 18 mandados de busca e apreensão e foi solicitado o cancelamento das contas bancárias usadas pelos suspeitos.

Os mandados foram expedidos pela 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, e a operação foi realizada pela PF (Polícia Federal), em conjunto com a Coinp (Coordenação de Inteligência Previdenciária) do Ministério da Previdência Social e a Centralizadora de Prevenção a Fraudes da Caixa.

Segundo a Polícia Federal, os integrantes da quadrilha recolhiam benefícios em nome de pessoas fictícias ou mortas. O esquema envolvia falsificação de documentos para obter dinheiro através da solicitação de pensão por morte ou do BPC - Loas (Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência) para idosos carentes.

No esquema, os criminosos alegavam ser procuradores dos solicitantes dos benefícios, que poderiam ser pessoas inexistentes ou então pessoas mortas, que tiveram o cadastro reativado por essa quadrilha. Os responsáveis pela fraude enviavam uma série de documentos falsos para enganar o INSS.

Quando o pedido era aceito, os integrantes da quadrilha sacavam as quantias depositadas em contas abertas em agências bancárias. Outra estratégia do grupo era se passar por outra pessoa, usando documentos falsos, para solicitar e retirar os benefícios.

O Ministério da Previdência Social informou que os valores poderiam alcançar até R$ 12,3 milhões ao longo dos próximos anos, já que os benefícios eram continuados.

Segundo a PF, as 14 pessoas presas nesta terça-feira e mais cinco que ainda estão sendo procuradas devem responder pelos crimes de organização criminosa, estelionato previdenciário, falsidade ideológica, falsificação de documentos públicos e uso de documentos falsos. As penas podem chegar a até 31 anos e oito meses de prisão.

Nota

POLÍCIA OUVE MÉDICOS QUE OPERARAM PASSISTA NO RJ QUE PERDEU BRAÇO APÓS CIRURGIA DE ÚTERO

O médico responsável pela cirurgia no útero da passista Alessandra dos Santos Silva, 35, disse à polícia que o órgão da paciente precisou ser totalmente retirado por causa de uma hemorragia. O cirurgião Gustavo Machado, do Hospital da Mulher Heloneida Studart, prestou depoimento ontem na delegacia de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Alessandra foi internada para a retirada de miomas, mas acabou com o útero removido, além do braço esquerdo amputado. A passista da Acadêmicos do Grande Rio planejava engravidar e afirma ter tido o sonho interrompido por erro médico. A Polícia Civil investiga se houve alguma negligência ou imperícia. O delegado Bruno Enrique Menezes disse à reportagem que o médico afirmou ainda que a paciente precisou transferida para o Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro, em Botafogo, na zona sul do Rio.

SANTA TERESA

Jovens do Morro dos Prazeres lançam edital Favela Empreendedora

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

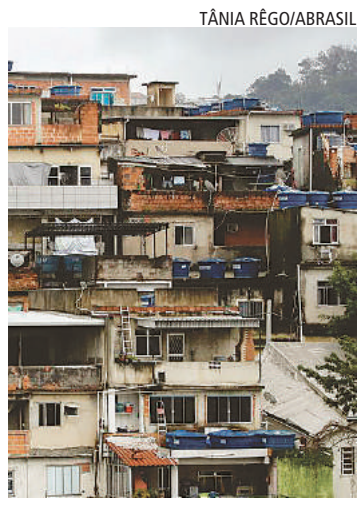
Para aumentar as oportunidades para jovens desempregados, projeto idealizado por rapazes do Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, no centro do Rio, financiará dez ideias de empreendedorismo em comunidades cariocas para outros jovens em igual situação. Arthur Felizardo, de 26 anos, e Hugo Sabino, de 25 anos, criaram o Favela Empreendedora, em parceria com a Prudential do Brasil e *BrazilFoundation*.

Os dois rapazes fazem parte da rede do Programa Jovens Construtores, implementada no Brasil pelo Centro de Promoção e Saúde (Cedaps). O edital é voltado exclusivamente aos graduados do próprio programa.

Os projetos selecionados receberão R$ 1 mil cada. O valor será repassado ao fim da formação de quatro semanas, na qual haverá a presença de convidados e especialistas que debaterão temas como marketing pessoal e digital, regularização do negócio, micro empresas individuais, educação financeira e experiência potente de empreendedores comunitários de sucesso.

O Jovens Construtores é desenvolvido pelo Cedaps no Brasil desde 2009. É uma tecnologia social voltada à formação de jovens, de 17 a 25 anos, originalmente concebida pela organização YouthBuild. O objetivo é contribuir para o crescimento pessoal e profissional de moradores de favelas e periferias, associada à mobilização e ao desenvolvimento de famílias, organizações e comunidades.

TÂNIA RÊGO/ABRASIL



FAKE NEWS

Câmara aprova urgência que acelera votação de PL

A Câmara dos Deputados ignorou a pressão das big techs e aprovou ontem a urgência do projeto de lei que regulamenta as redes sociais (PL das Fake News) e impõe sanções a plataformas que não retirarem do ar, até 24 horas após decisão judicial, conteúdos que disseminem informações falsas.

A urgência foi aprovada por 238 a 192. Acordo feito em reunião de líderes partidários prevê que o mérito do texto seja votado em plenário na próxima terça-feira. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretendia votar o requerimento de forma simbólica, em que os votos individuais dos deputados não seriam computados. O objetivo era evitar que o requerimento fosse rejeitado. Em abril do ano passado, o mesmo requerimento foi derrotado por apenas 8 votos —recebeu 249 votos a favor, mas precisava de 257.

No entanto, os líderes do PL, Altineu Côrtes (RJ), do Solidariedade, Aureo Ribeiro (RJ), e do Cidadania, Alex Manente (SP), pediram que os votos fossem computados.

O relator do texto, Orlando Silva (PCdoB-SP), se reuniu ontem com líderes partidários para ouvir sugestões. Ele pretende apresentar um novo parecer com os pontos acatados amanhã.

TSE propõe usar PL das Fake News para tirar conteúdos e contas do ar sem notificar usuário

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) enviou à cúpula do Congresso sugestões ao projeto de lei das Fake News que incluem a retirada imediata de conteúdos que provoquem risco à segurança da informação e violem direitos de crianças e adolescentes, sem a obrigação de que o usuário seja notificado disso.

As propostas foram encaminhadas pelo presidente do TSE, Alexandre de Moraes, aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

As emendas propostas pelo TSE consideram o texto aprovado pelo Senado e que sofreu diversas alterações durante a tramitação na Câmara, onde está sob a relatoria do deputado Orlando Silva (PC do B-SP).

O ministro afirmou que as big techs impulsionam e monetizam o ganho de publicidade em cima de textos, imagens, fatos e, portanto, também podem ser responsabilizadas.

"Nós queremos equiparar as responsabilidades. E eu acrescento ao texto aprovado pelo Senado Federal a responsabilidade de todos os provedores -sejam de redes sociais ou de mensageria- por conteúdos em que eles ganham", disse Moraes.

O TSE sugere incorporar ao artigo que trata de moderação de conteúdo dispositivo que obriga as plataformas, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, a indisponibilizar imediatamente conteúdos e contas, com dispensa de notificação aos usuários, se verificarem ou existir dúvida fundada de risco de dano imediato de difícil reparação ou para a segurança da informação ou do usuário.

Isso também poderá acontecer caso haja risco de violação a direitos de crianças e adolescentes, crime de racismo ou de grave comprometimento da usabilidade, integridade ou estabilidade do aplicativo. Esses pontos estão contemplados no texto aprovado no Senado.

O TSE sugere incluir outros quatro riscos. O tribunal quer que sejam consideradas condutas, informações e atos antidemocráticos e a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral, inclusive os processos de votação, apuração e totalização de votos.

Também quer acrescentar risco de grave ameaça, direta e imediata, de violência ou incitação à violência contra a integridade física de funcionários públicos ou contra a infraestrutura física do Estado para restringir ou impedir o exercício dos Poderes ou a abolição violenta do Estado democrático de Direito.

E ainda o comportamento ou discurso de ódio, inclusive promoção de racismo, homofobia, ideologias nazistas, fascistas ou odiosas contra uma pessoa ou grupo mediante preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A corte eleitoral defende que provedores de redes sociais e serviços de mensagens sejam solidariamente responsáveis, civil e administrativamente, por conteúdos direcionados por algoritmos, impulsionados e publicitários cuja distribuição tenha sido realizada mediante pagamento.

Outra sugestão do tribunal é replicar no PL das Fake News dispositivos da resolução aprovada pelo plenário do tribunal a dez dias do segundo turno das eleições de 2022. A norma ampliou de forma inédita os poderes do TSE na condução do processo eleitoral.

A resolução permitiu ao TSE, "em decisão fundamentada", determinar a imediata remoção de conteúdos das redes sociais considerados "inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral". A remoção de conteúdos falsos poderia ser sumária, em até duas horas.

Com isso, o tribunal passou a poder agir de ofício, ou seja, sem ser provocado por candidaturas ou Ministério Público Eleitoral, para lidar com desinformação sobre as urnas, por exemplo.

O instrumento também permitia a suspensão temporária de perfis, contas ou canais, nos casos em que haja "produção sistemática de desinformação, caracterizada pela publicação contumaz de informações falsas ou descontextualizadas sobre o processo eleitoral".

Moraes destacou aos chefes do Legislativo nesta terça que as propostas para o PL das Fake News foram elaboradas com base na experiência do TSE e STF (Supremo Tribunal Federal) no enfrentamento da desinformação nos últimos anos.

2018

CNJ pune juiz que notificou Exército para recolher urnas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu ontem aposentar compulsoriamente o juiz federal Eduardo Rocha Cubas. O magistrado ficou conhecido nas eleições de 2018 por intimar as Forças Armadas para realizar perícia nas urnas eletrônicas.

Na ação, o magistrado foi acusado de tumultuar as eleições. Conforme a acusação, Cubas notificou o Exército para que a corporação recolhesse urnas eletrônicas diretamente de seções eleitorais, no dia 7 de outubro, primeiro turno das eleições, com o objetivo de realizar perícias técnicas.

Um mês antes das eleições daquele ano, Cubas também gravou um vídeo com o deputado federal Eduardo Bolsonaro em frente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Por unanimidade, o conselho seguiu voto do relator, conselheiro Mauro Pereira Martins. No entendimento do conselheiro, o juiz tinha "interesse pessoal" no processo e seu posicionamento contribuiu com a descredibilização das urnas.

"A forma como o processo é conduzido transmite uma clara sensação de uma condução de acordo com os interesses pessoais do magistrado, uma condução que vai ao encontro de um pensamento político-partidário", argumentou.

Cabe recurso contra a decisão. Com a pena de aposentadoria compulsória, que é a maior prevista para magistrados, o juiz vai receber aposentadoria proporcional ao tempo de serviço.

DEFESA

Durante a sessão, Eugênio Aragão, advogado do magistrado, defendeu a improcedência da ação. O defensor explicou que o juiz aceitou um pedido de perícia nas urnas e foi notificar pessoalmente o Exército para cumprimento da decisão.

"Foi pessoalmente porque, no mesmo dia, ele tem um evento no quartel e aproveita o ensejo para ir pessoalmente fazer a notificação. Não há nada de errado nisso em vista de que um juiz pode fazer até inspeção, quanto mais promover uma notificação", afirmou.

STF

Rosa cobra medidas de segurança após ataque a indígenas kanamari

LETYCIA BOND/ABRASIL

A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Rosa Weber, cobrou do Ministério da Justiça e Segurança Pública providências e informações sobre a situação dos kanamari, que tiveram uma aldeia invadida por um grupo armado com fuzis, no último dia 16.

As informações foram divulgadas pelo Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI), atuante na região da Terra Indígena (TI) Vale do Javari, que tem a maior concentração de povos em isolamento voluntário do mundo e onde ocorreu, em 2022, o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips.

Segundo denúncia feita na última quarta-feira pelo OPI, os criminosos chegaram ao local a bordo de um bote de alumínio e se comunicavam em espanhol. A quadrilha ameaçou de morte um dos líderes kanamari.

No despacho, Rosa Weber lembra ao ministério que, em março deste ano, uma comitiva do CNJ esteve na TI Vale do Javari, onde colheu demandas e relatos das comunidades indígenas e firmou o compromisso de "atuar junto aos demais órgãos do Estado brasileiro para coibir as violações de direitos e garantir a justiça e a paz na região".

A ministra classifica de "atrocidade" a convergência de violências que assola a região, em virtude do que representa para os povos em isolamento voluntário.

"Diante desse cenário, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitiu, em 27 de outubro de 2022, a Resolução no 59/2022, ampliando medidas cautelares em favor dos membros da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) e obrigando o Estado brasileiro a adotar medidas necessárias e eficazes para proteger a vida e a integridade pessoal das comunidades indígenas no Vale do Javari, em especial de suas lideranças e dos defensores de direitos humanos que atuam na área, com vistas à garantia de não repetição do crime que vitimou Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips", acrescenta a ministra na mensagem.

ATAQUES GOLPISTAS

Moraes vota para tornar réus mais 200 denunciados

ROSINEI COUTINHO/STF

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do STF (Supremo Tribunal Federal), votou no início da madrugada de ontem pela abertura de ação penal contra mais 200 acusados de participar dos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Esta é a segunda leva de julgamentos das 1.390 pessoas denunciadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) por envolvimento nos ataques. A análise começou a ser feita no plenário virtual da corte na madrugada desta terça, com previsão de término em 2 de maio.

Ministros podem seguir o voto de Moraes ou divergir. Também podem pedir destaque, para que o julgamento seja transferido para o plenário presencial, atualmente composto por dez integrantes devido à aposentadoria de Ricardo Lewandowski no último dia 11 de abril.

Moraes sustentou a existência de justa causa para a abertura de ação penal contra todos. São cem acusados no âmbito do inquérito instaurado para apontar os executores dos atos e outros cem na apuração sobre incitadores e autores intelectuais. Na prática, os denunciados se tornam réus.

A PGR não deu publicidade às denúncias, mas em manifestações sobre o caso, afirmou haver conjunto probatório para sustentar a acusação, como imagens, mensagens e testemunhos que revelam que existiu uma situação estável e permanente de uma associação formada por centenas de pessoas para atentar contra as instituições.

Advogados e defensores públicos alegam, entre outros argumentos, a inépcia das denúncias, afirmando que elas estão desprovidas de seus requisitos elementares, incluindo a descrição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias.

Em sua decisão, Moraes rebateu essa tese e disse que, em crimes dessa natureza, "a individualização detalhada das condutas encontra barreiras intransponíveis pela própria característica coletiva da conduta".

Ele afirmou não restarem dúvidas, contudo, que todos contribuíram para o resultado, "eis que se trata de uma ação conjunta, perpetrada por inúmeros agentes, direcionada ao mesmo fim".

"A inicial acusatória expôs de forma clara e compreensível todos os requisitos exigidos, tendo sido coerente a exposição dos fatos, permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, consequentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta corte", escreveu.

Ele reiterou a defesa da competência do STF para analisar as denúncias e, caso sejam recebidas, para processar e julgar posterior ação penal.

Também repetiu trecho usado no voto para tornar réus os primeiros cem denunciados, afirmando que "não existirá um Estado democrático de Direito sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de direitos fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos".

Na segunda-feira passada, terminou a primeira leva de julgamentos pelos ataques. Por 8 votos a 2, os ministros tornaram réus os acusados de serem executores e autores intelectuais dos atos.

Sete ministros seguiram o entendimento do relator, Alexandre de Moraes.

Os dois indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça, divergiram parcialmente de Moraes e defenderam que apenas as denúncias dos supostos executores dos atos deveriam ser acolhidas —no caso de Nunes Marques, mesmo assim com uma série de ressalvas.

Votaram com Moraes: Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Rosa Weber.

A primeira parte das denúncias do 8/1 foi formada por 50 pessoas investigadas no inquérito dos executores e outras 50 na ação dos instigadores e autores intelectuais.

A primeira divergência de Kassio e Mendonça foi em relação ao foro do julgamento. Ambos avaliam que a ação deveria ser analisada pela Justiça Federal do Distrito Federal, não pelo STF.

No caso de a competência do Supremo ser reconhecida, como foi pela maioria dos ministros, eles argumentam não haver elementos para acolher as denúncias sobre os acusados de serem instigadores e autores intelectuais dos ataques.

SÃO PAULO

Homicídios, estupros, roubos, furtos e lesão corporal aumentaram

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O número de casos de homicídios, estupros, roubos, furtos, e lesão corporal aumentou no mês de março, no estado de São Paulo. Os dados, divulgados ontem, são da Secretaria da Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo.

A quantidade de casos de homicídios dolosos subiu de 241, em março de 2022, para 246, no mês passado, uma elevação de 2%. As tentativas de homicídio também aumentaram, na mesma comparação, de 308 para 346 (+12,3%). Houve alta ainda nos estupros, de 1.214 para 1.383 (+13,9%); nos roubos, de 21.278 para 21.606 (+1,5%); e lesão corporal dolosa, de 11.757 para 13.482 (+14,6%).

Também tive elevação, na comparação de março de 2022 e março de 2022, o número de furtos de veículos, que subiu de 8.296 para 8.848 (+6,6%). Os casos de latrocínio ficaram estáveis, em 13, no mês.

"A Secretaria da Segurança Pública entende que há muito a ser feito. Desde o início do ano, o policiamento no Estado foi reforçado com a Operação Impacto, colocando nas ruas mais 17 mil policiais. Nesses três meses foram presas 47.792 pessoas, representando aumento de 10,6% no mesmo período do ano passado", disse a pasta, em nota.

OUTONO: Sol com nuvens. Pancadas de chuva à tarde. À noite, não chove. Manhã Tarde Noite 30º 18º 65% 06:25 17:43

ISS

Empresariado pressiona prefeito contra projeto que aumenta imposto

Empresários e banqueiros começaram a pressionar o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), contra um projeto de lei que prevê o aumento do ISS na capital de 2% para 5%.

Donos de indústria e banqueiros que conversaram com o prefeito afirmam que a percepção do empresariado paulistano é a de que a proposta vai na contramão da reforma tributária, da melhoria do ambiente de crédito no país e da redução de custos para fomentar o crescimento econômico.

Eles pediram providências para evitar que empresas se transfiram de São Paulo para cidades vizinhas que cobram alíquotas mais baixas, na faixa de 2%, caso o novo ISS seja aprovado.

O projeto já foi aprovado em primeiro turno pelos vereadores. Caso tenha maioria em segundo turno, haverá aumento de custos financeiros, de produtos e serviços.

Pelo texto, o imposto cobrado aumentará 150% sobre vários tipos de serviços, como leasing, pagamentos por meio eletrônico, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão de crédito, débito e até cartão-salário, além de atividades desenvolvidas pela B3 ligadas a investimentos.

Na avaliação dos bancos, a inadimplência nas operações já em andamento deve sofrer alta. Vendas terão queda e o consumo, retração. O aumento do custo das operações com cartões, por exemplo, levará à oneração de produtos e serviços.

Os preços também subirão para quem investe em títulos e valores mobiliários, afastando investidores.

UNIDADES DE SAÚDE

Prefeitura de SP muda contrato e atrasa 2.000 cirurgias catarata

Cerca de 2.000 cirurgias de catarata que deveriam ocorrer ao longo de abril pela rede pública municipal de São Paulo estão represadas desde o início do mês. Os procedimentos ocorreriam em nove unidades de saúde geridas pela entidade Cies Global, que oferece serviços como consultas, exames e cirurgias de baixa e média complexidade para o SUS (Sistema Único de Saúde).

No dia 3 de abril, a prefeitura encerrou o convênio que manteve com a entidade por quinze anos, e no dia 6 assinou um novo contrato para dar continuidade à prestação dos serviços. Por causa da mudança, no entanto, os atendimentos tiveram que ser temporariamente suspensos.

A aposentada Dirce Pereira, de 72 anos, aguarda há mais de dois meses para operar da catarata que deixa a sua visão turva mesmo quando usa óculos. "A primeira consulta eu fiz no particular, mas ia ficar muito caro e resolvi continuar pelo SUS", disse a dona de casa, que precisa operar os dois olhos.

O procedimento estava marcado para a última quarta-feira no Hospital Dia da Vila Carrão, na zona leste, perto de onde mora. Mas quando chegou ao local pela manhã, ela descobriu que não poderia ser atendida. "Queria resolver isso logo, mas por enquanto não tem previsão. Disseram que vão remarcar e me ligar avisando".

Todos os 70 procedimentos agendados para aquela data na unidade foram cancelados, mas nem todos foram avisados pela prefeitura. Além de Dirce, outros quatro pacientes idosos foram até o local e descobriram na hora que não seriam operados na data marcada.

De acordo com o Cies, a Secretária Municipal de Saúde só liberou a retomada das cirurgias de catarata a partir do próximo dia 27. Na prática, as nove unidades gerenciadas pela entidade ficarão ociosas durante quase todo o mês de abril, deixando de entregar a maior parte dos 2.000 procedimentos que costuma realizar mensalmente.

As consultas, exames e algumas cirurgias voltaram a ser oferecidas na semana passada, mas o ritmo ainda está longe do normal. "Até sábado [22] nós conseguimos agendar 513 pacientes, sendo que em uma semana normal atendemos 2.900 pessoas aqui na Vila Carrão", disse a gerente de prática assistencial do Cies Sandra Galvão.

A expectativa é que até o fim de abril 20 mil pacientes sejam atendidos em todas as unidades, número bem abaixo da média de 80 mil atendimentos por mês.

"São pacientes que estão aguardando em fila já há algum tempo, passaram na unidade primária de saúde e foram encaminhados para cá em busca de algum procedimento para elucidar seu diagnóstico. Qualquer atraso vai fazer com que atrase o tratamento. Pode ser algo de longo prazo, sem maior gravidade, mas eventualmente pode levar a dano considerável", acrescentou a enfermeira.

CONTRA ESCRAVIDÃO

SP inclui compromisso contra trabalho escravo em licitações

O governo de SP passará a exigir de empresas que queiram disputar licitações públicas estaduais a assinatura de um compromisso de que não possuem trabalhadores em situação análoga à escravidão. Minutas-padrão para as empresas interessadas nas licitações preencherem, incluindo agora a promessa de não usar trabalho degradante ou forçado, serão elaboradas pela Procuradoria Geral do Estado e disponibilizadas no site da Bolsa Eletrônica de Compras. De acordo com a procuradora-geral do estado, Inês Maria Coimbra, o governo "não compactua com atos ilícitos e vem adotando providências para inibir tais ações".

Segundo o órgão, o objetivo da exigência é "incrementar mecanismos para coibir que empresas que se utilizem de forma ilícita de trabalho precário contratem com o Poder Público".

QUÊNIA

Culto: 'jejum para conhecer Jesus' causa tragédia humana

O número de mortos de um culto no Quênia que pregava "jejum para conhecer Jesus" chegou a 89 nesta terça-feira, informou o ministro do Interior Kithure Kindiki.

Corpos das vítimas estão sendo encontrados em valas comuns em floresta. Mais 16 cadáveres foram exumados ontem, elevando o total a 89, disse o ministro. O número pode subir ainda mais. Segundo estimativa da Cruz Vermelha, ao menos 200 pessoas estão desaparecidas na região.

"A maioria dos corpos encontrados é de crianças", disse um legista em condição de anonimato à AFP.

Três pessoas foram localizadas com vida. Ao todo, 34 pessoas sobreviveram ao ritual.

Paul Mackenzie, líder do culto, foi detido no último dia 14, após uma fonte anônima denunciar a existência dessas valas comuns.

Seita diz que os seguidores encontram o caminho para o céu morrendo de fome. Segundo a polícia, várias testemunhas disseram ter sofrido "lavagem cerebral".

Presidente promete "medidas contundentes". William Ruto afirmou que vai endurecer punição contra pessoas que "usam a religião para cometer atos horríveis".

SEM TRÉGUA

Brasileiros deixam Sudão que está à beira de uma guerra civil

Enquanto o conflito no Sudão não dá sinais de trégua, um grupo com cidadãos brasileiros conseguiu fugir do país atravessando a fronteira com o Egito depois de uma longa viagem em um micro-ônibus, segundo o Itamaraty. O país africano vive cenário de caos há dez dias e, segundo as Nações Unidas, a perspectiva permanece sombria, com escassez de alimentos, água potável, remédios e combustível.

Deixaram o Sudão uma servidora do Itamaraty e nove jogadores e membros da comissão técnica do time de futebol Al-Merrikh. Eles chegaram ao Egito na segunda-feira passada e recebem atendimento na embaixada brasileira na capital, Cairo. Ao menos sete brasileiros que continuam em território sudanês aguardam para serem resgatados em segurança, segundo a pasta.

À beira de uma guerra civil, o Sudão registrou novos combates ontem que violaram mais uma tentativa de cessar-fogo para a retirada de civis das zonas mais críticas. A trégua havia sido mediada pelo governo dos Estados Unidos e anunciada na véspera pelo secretário de Estado americano, Antony Blinken.

Mais de cinco tentativas de cessar-fogo fracassaram desde o início dos confrontos, no último dia 15. Nas últimas horas, tiroteios foram registrados na capital do Sudão, Cartum, e na cidade vizinha Omdurman, segundo o jornal britânico The Guardian. Os dois lados se acusam de romper a trégua.

Os embates começaram após divergências dos antigos aliados Fatah al-Burhan, líder sudanês, e Mohamed Hamdan Dagalo, também conhecido como Hemedti, do grupo paramilitar RSF (Forças de Apoio Rápido). Eles discordam sobre a participação dos paramilitares no Exército e disputam a formação de um eventual governo de transição.

Em nota, o RSF pediu apoio à comunidade internacional para que o acordo de cessar-fogo seja respeitado. "O Exército sudanês violou a trégua com ataques de aviões em Cartum. Isso confirma a existência de múltiplos centros de decisão dentro das Forças Armadas golpistas e remanescentes do regime extinto", informou o grupo paramilitar, em referência à ditadura de 30 anos de Omar al Bashir, deposta em 2019. O Exército do Sudão não se pronunciou de maneira oficial.

VENEZUELANO

Colômbia expulsa golpista Juan Guaidó após entrada irregular no país

Juan Guaidó, líder oposicionista da Venezuela, foi obrigado a deixar a Colômbia na segunda-feira passada, horas depois de entrar no país de forma irregular.

Seu objetivo com a viagem era participar de uma conferência internacional em Bogotá que, reunindo representantes de quase 20 países —incluindo os Estados Unidos—, buscava justamente destravar as negociações entre regime e oposição e o governo de Nicolás Maduro.

O Ministério das Relações Exteriores colombiano confirmou que conduziu Guaidó ao aeroporto El Dorado, na capital, para garantir sua saída. Em nota, o órgão disse que o líder havia entrado no país de maneira irregular —o próprio líder havia declarado na véspera que tinha cruzado a fronteira entre seu país e a Colômbia "a pé", "da mesma forma que milhões de venezuelanos".

O venezuelano saiu do país às 23h do horário local, em um voo com destino a Miami, nos EUA. Segundo o jornal El Tiempo, na tarde da segunda, o chanceler da Colômbia, Álvaro Leyva, já havia insinuado que Guaidó corria risco de deportação, uma vez que havia entrado de forma inadequada no país. "Na Colômbia, nós cumprimos as leis", afirmou.

Guaidó, por sua vez, afirmou que sua expulsão foi motivada por questões políticas. "A perseguição da ditadura —do governo de Nicolás Maduro— lamentavelmente se estendeu hoje à Colômbia", afirmou ele ao deixar Bogotá em um vídeo filmado no avião e publicado em sua conta no Twitter.

"Pelas ameaças diretas à minha família e filhas por parte do regime de Maduro [...], estou pegando este voo", escreveu o líder na postagem, acrescentando que pretendia detalhar as acusações nas horas seguintes.

RÚSSIA

Vladimir Putin estreia novo tanque T-14 Armata na Guerra da Ucrânia

Em meio a perdas brutais de equipamento blindado na Guerra da Ucrânia, o governo de Vladimir Putin decidiu enviar ao país invadido os primeiros T-14 Armata, o mais recente modelo de tanque russos.

Ao menos foi o que anunciou ontem a agência estatal RIA-Novosti, citando informações extraoficiais do Kremlin. Na ritualística de comunicação russa, isso significa que é provável que os tanques tenham ido, embora o efeito tenda a ser mais simbólico.

A RIA não disse quantos tanques foram enviados, nem para onde, mas apenas que "eles ainda não participaram em operações de assalto direto", sendo empregados em "coordenação de combate". Também afirmou que eles foram equipados com proteção adicional em suas laterais.

O T-14 é, no papel, o mais avançado tanque de guerra do mundo. Como a sigla sugere, teve seu desenho finalizado em 2014, e, no ano seguinte, estreou na parada da principal data do calendário militar russo, o Dia da Vitória (na Segunda Guerra Mundial) em 9 de maio.

O modelo é revolucionário: em vez de posicionar os operadores do canhão na torre, ela é completamente automatizada. Os três tripulantes vão à frente, em um compartimento blindado separado do resto do maquinário.

Isso resolve um problema trágico do desenho do T-72, o venerando tanque que é o centro da força blindada russa. Para ter o famoso perfil baixo e tamanho reduzido, tornando-se um alvo menor, o blindado usa um sistema de municiamento automático, no qual até 40 projeteis ficam num carrossel embaixo da torre.

O resultado é que o comandante do veículo e o operador do canhão sentam sobre os explosivos, e as diversas torres explodidas para longe dos T-72 na Ucrânia são testemunho do que isso significa em batalha. Modelos mais novos, como o T-80 e o moderno T-90 aliviaram, não suprimiram a falha.

Em tanques ocidentais maiores e mais pesados, como o Leopard-2 que agora está na Ucrânia e o americano M1A2 Abrams, um quarto soldado na tripulação faz o municiamento dos projeteis.

O desenvolvimento do T-14 provou-se problemático. Nos ensaios de sua estreia em 2015, um dos tanques pifou e ficou travado no meio de uma avenida, mas as questões parecem ser maiores. A previsão inicial dos russos era de ter 2.300 dos modelos até 2025.

Oficialmente, apenas um lote de 40 seria entregue para ação neste ano, e o mais recente orçamento militar russo previa apenas 132 blindados. Mesmo que Moscou tenha mudado décadas de doutrina, deixando a ideia soviética de quantidade se sobrepor a qualidade, é pouco para o maior país do mundo —e uma potência de natureza continental.

Segundo um especialista militar russo, que pede para não se identificar, os cerca de US$ 5 milhões (R$ 25 milhões) gastos para fazer um T-14 seriam melhor aplicados equipando com novas miras e blindagem adicional os tanques já existentes. Aparentemente, foi isso que o Ministério da Defesa optou por fazer.

Com efeito, o que se viu na invasão da Ucrânia em 2022 foram grandes quantidades de T-72, com níveis variados de modernização, seguidas por um contingente menor do poderoso T-80, que peca por usar uma turbina beberrona de combustível no motor.

Só mais para o fim do ano passado os T-90, mais modernos, foram vistos em ação, e em números menores. Já tanques retirados das antigas reservas soviéticas, relíquias como o T-62 e o T-64, foram avistados com certa frequência, em especial na retaguarda dos territórios ocupados no leste e sul do país.

O T-14, se chegar a ser usado em combate, não deverá fazer mais do que uma aparição simbólica pelos números envolvidos. Mas bastará ele abater um dos tanques de segunda mão enviados por países da Otan (aliança militar do Ocidente) que o golpe de propaganda estará dado.

Não é o suficiente, contudo. Levando em conta apenas avistamentos de tanques destruídos, capturados ou abandonados confirmados por georreferenciamento pela equipe do site holandês Oryx, os russos perderam 1.906 tanques na guerra até esta terça.

Isso corresponde a 56% de sua frota ativa pré-conflito, embora a conta seja imprecisa por desconsiderar reservas antigas enviadas à guerra e a produção de 2022 de novos veículos.